Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 25 de setembro de 2014

Ata N.º 10

No dia vinte e cinco de setembro de dois mil e catorze, pelas vinte horas e quarenta e quatro minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – 2ª Revisão ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017;

PONTO TRÊS – Alteração dos estatutos da AMRS e transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal;

PONTO QUATRO – Adesão do Município de Palmela à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local;

PONTO CINCO – Designação de Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;

- Sr. José da Cruz Silvério;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;

Iniciando os trabalhos, solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Período de Intervenção dos Munícipes

Intervenção da **Sra. Isabel Fernandes**, da Associação de Moradores de Entre Ruas:

Boa noite, o meu nome é Isabel Fernandes e venho da zona, propriamente aquilo não tem nome específico, é entre a Lagoa da Palha e a Palhota, nós criámos recentemente uma associação de moradores.

A Associação que demos o nome de "Associação de Moradores de Entre Ruas", precisamente porque não há um nome específico para aquela rua, tem "n" ruas, Rua do Alentejo, Aceiro do Marcolino, eu penso que este nome é conhecido para muito de vós e entre outros o Aceiro do Raúl, Rua das Sapateiras, Rua dos Ferroviários, enfim entre outros. Esta Associação nasce precisamente o núcleo de moradores que entendeu ser seu dever participar na gestão e na orientação do destino desta área e posso-vos dizer aos Srs. Presidentes, Srs. Vereadores, que nós vimos desde há muito tempo em batalha com este assunto.

Apresentámos vários abaixo-assinados à Câmara "n" telefonemas para a Junta de Freguesia, nomeadamente nas alturas mais complicadas para nós que é o inverno, e também o verão, mas mais o inverno porque aquelas estradas tornam-se autênticos lagos e com buracos que eu normalmente costumo alcunhar de crateras. Os nossos veículos sofrem danos, aliás não saem do mecânico. Eu venho representar essa Associação e queria deixar aqui claro faço parte também da Associação, mas temos aqui outros elementos porque isto tem outros órgãos associativos, não é?, que estão também aqui presentes, temos também outros moradores de que gostariam provavelmente dar o seu parecer também e dar a sua palavra. Este é dos maiores problemas com que nós nos deparamos é as estradas que no verão se tornam autênticos lagos, relativamente as crateras que se formam com as chuvas e no verão é irrespirável, não se pode transitar naquelas ruas durante o dia. Os carros enfim, como também já disse, sofrem imensos danos, o pó não é só saudável para nós como todos nós sabemos especialmente nessa altura do ano em que é uma altura mais propícia de alergias e muitas pessoas, muitos dos moradores, têm que transitar a pé porque não têm veículo próprio.

Esse é o mais grave problema daquela área toda entre outros que também vos posso referir. Iluminação que de noite tem muito pouca e é complicado transitar naquelas ruas de noite; temos caixas de correio vamos chamar que são CCI, que estão nas ruas e que estão maior parte deles danificados estão em muito mau estado, a correspondência aliás as caixas não têm muita segurança e também, sofre alguns danos relativamente, posso-vos dizer roídas por caracóis, as chuvas molham-nos as cartas todas, há correspondência de alguma responsabilidade; também vos posso ainda acrescentar que os lixos têm, os contentores dos lixos têm afixado as datas de recolhas dos monos, esses que não podem entrar dentro dos contentores como é obvio, e essas recolhas apesar de terem dois dias por semana para serem recolhidos passam imensas semanas depositados ali sem ninguém os recolher o que é na minha opinião vergonhoso, desculpem a minha sinceridade.

Além disso também temos os contentores todos sem tampas, a limpeza também não é feita convenientemente eu, que moro lá já há onze anos, nunca vi desinfetarem nem limparem os contentores, é impossível despejar o lixo nos contentores porque o cheiro é nauseabundo.

Pronto, assim também para não vos tomar muito tempo e para deixar aqui o nosso sentimento, que é sentimento de revolta, nosso sentimento é de aliás o sentimento de todos nós é de abandono e é com isso que eu termino, muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto se mais, os senhores são todos da mesma zona, e portanto penso que é sobre o mesmo problema. Há mais alguma intervenção? Eventualmente a senhora por favor, … ah! Desculpe, é o menino, peço desculpa estava a ver a senhora peço desculpa."

Intervenção do **Jovem Luis Carlos Oliveira**, de Pinhal Novo:

"Começo por dizer olá e por agradecer esta oportunidade de vir aqui dizer o meu problema que também é o problema de muitos alunos da Escola José Maria dos Santos que é:

Chegam a haver quatro alunos a partilhar um cacifo pequeno, agora imaginem quando nós começarmos a ter Educação Física nós vamos meter lá os fatos de treino, todos já transpirados, todos juntos e depois por causa disso basta algum de nós nos esquecermos de uma toalha da noite para o dia para aquilo começar a cheirar muito mal.

Portanto e os cacifos são pequenos, ainda por cima, num cacifo cabem pelo menos duas mochilas, então imagine o que é quatro ou três alunos no mesmo cacifo, então chegou aos meus ouvidos que nas férias de verão as Sras. auxiliares chegaram a vomitar quando estavam a limpar os cacifos devido a sapatilhas ou toalhas que por esquecimento ficaram lá. É só isto obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então e como é que se chama o nosso jovem? Peço desculpa."

O **Jovem Luis Carlos Oliveira:**

"Luis Carlos Oliveira."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Luís Carlos Oliveira, não é? sim senhora. Obrigada, obrigada.
Eu acho que tinha visto uma senhora também, não? Não? mais alguém pediu a palavra? Peço desculpa, ah faz favor."

Intervenção do **Sr. Jorge Fernandes**, da Associação de Moradores de Entre Ruas:

"Peço desculpa, apresento-me, o meu nome é Jorge Fernandes, eu sou também Membro da Associação recentemente criada e o que eu queria frisar era que a nossa área é uma área que vendo no mapa aquilo parece um conclave, ou seja, aquela zona ali parece que ficou isolada e o que nós solicitamos na Câmara e o que nós queríamos saber era a disponibilidade para criar se calhar um plano de forma a que não nos sentíssemos tão isolados.

Nós na nossa zona contando pelas caixas de correio somos há volta de duzentas e trinta e três CCIs, ou seja é um número considerável de pessoas e que todas as estradas transitáveis é tudo terra batida e eu estou a poucos metros da, estou a poucos km da entrada da Vila e eu para aceder à minha habitação eu tenho que percorrer dois km, mil e setecentos metros de um lado, mais mil e trezentos metros, acessos eu tenho o problema é que são acessos deficitários e o que é que pretendemos era um compromisso da Vossa parte, da parte da Câmara de forma a criar um plano a pequenas coisas por exemplo:

Foi feito a limpeza, falou-se da limpeza, no entanto a limpeza foi só cortar, agora vieram as chuvas está tudo entupido. Se chove, por enquanto não são chuvas abundantes, mas se chove muito temos ali um problema de alagamento do espaço daquela zona para piorar ainda mais a situação, ou seja pretendemos saber de, eu sei que é impossível asfaltar tudo de uma só vez mas pretendemos da vossa parte é que não nos sentíssemos isolados e que houvesse alguma compreensão e pronto. Desde 2007 que se ouvem falar em asfaltar o Aceiro dos Arraiados e não sei se por ser muito caro, se por indisponibilidade financeira, é constantemente adiado e é uma obra que é urgente, é urgente, é para ontem, ontem já era tarde e então o que nós pretendemos, eu estou-me a repetir mas era só para frisar que estamos todos no mesmo ou seja fala-se que em Portugal é difícil de criar Associações nós foi extremamente fácil temos o mesmo problema."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada pela sua intervenção também. Pergunto se há mais alguma intervenção por favor? Sim uma senhora lá atrás."

Intervenção da **Sra. Marina Teles**, moradora no Aceiro do Marcolino:

"Eu venho na qualidade também de moradora dos Aceiros, moro no Aceiro do Marcolino e chamo-me Marina Teles.

Neste momento o meu vizinho Jorge realçou que realmente têm sido feitas promessas eleitorais desde 2005, no sentido de o Aceiro dos Arraiados ter asfalto e realmente isso não tem sido cumprido. Eu penso que a Presidente da nossa Associação já veio a imensas reuniões, mas ainda não houve uma resposta transparente sobre os critérios que são definidos para outras ruas que têm menos moradores e que realmente já sofreram intervenção camarária terem sido prioritárias em relação ao Aceiro dos Arraiados, porque o Aceiro dos Arraiados é um Aceiro que passa pelo meio realmente de todos os Aceiros e iria realmente fazer muita diferença nas nossas vidas.

É isso que também eu venho pedir, transparência nos critérios, porque eu, nós não somos contra a evolução do Pinhal Novo, eu sou a favor da ciclovia e de outras obras que considero prioritárias também, mas vamos ver nós pagamos os nossos impostos e os meus vizinhos se calhar para não nos estarmos a repetir, também pagam IMI não é? e não é pouco, e também acho que penso que temos direito a exigir da Câmara realmente transparência dos critérios das prioridades. Porque é que outros Aceiros têm outros moradores já foram intervencionados? Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada também. Há mais alguma questão? Então não havendo eu vou pedir ao Sr. Presidente da Câmara, como é evidente as questões são todas elas dirigidas à Câmara Municipal, portanto eu pedia ao Sr. Presidente o favor de esclarecer, na medida do possível, e depois já voltamos aos Srs. Membros das Assembleia. Sr. Presidente por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Munícipes, Sras. e Srs. Jornalistas, Trabalhadores do Município, muito boa noite a todos.

Relativamente a esta questão eu começo naturalmente por saudar a presença dos munícipes da zona do Vale da Vila, porque até, ali é zona do Vale da Vila e até tem identificação de zona de Venda do Alcaide, mas e é isso que possivelmente os Srs. até têm nas cadernetas prediais como zona, porque a Venda do Alcaide e a Sesmaria da Venda do Alcaide ia até à linha do Alentejo a questão é essa, e quero saudar a vossa presença e naturalmente congratular-me com o facto de constituírem uma Associação de Moradores.

Eu digo-vos isto porque, felizmente, no nosso concelho, tivemos e ainda temos, e a prova provada está naquilo a que acabamos de assistir e que nos comunicaram e que eu já tinha tido conhecimento, pois o nosso Gabinete de Participação e Cidadania, ao ter sido contatado por vós, solicitou alguma documentação e disponibilizou-se depois para agendarmos uma reunião de trabalho, mas dizer que no nosso concelho felizmente temos, ao longo de quase quarenta anos de Poder Local Democrático, um vasto património de intervenção das Comissões, que não se precisavam de se legalizar, e de Associações de Moradores, que são responsáveis, com a sua participação, com a sua participação nos critérios como a Sra. dizia ainda há pouco, mas também, com o seu trabalho, por muitas das realizações que temos no nosso concelho. E a freguesia do Pinhal Novo teve de facto, e ainda tem, algumas comissões e associações que, com as autarquias, ajudam a definir prioridades, até obras fizeram conjuntamente, no tempo em que era necessário abrir alguns daqueles caminhos. Hoje não sabemos se foi assim tão correto, mas pelo menos permitiu às pessoas dividir terrenos, emparcelar terrenos, dividir com os herdeiros para alguns poderem hoje construir. É preciso perceber esse fenómeno, é que quanto mais emparcelarmos e abrirmos caminhos, mais frentes temos de construção o que não significa que sejam frentes urbanas. Voltando à questão das Associações de

Moradores, começaria por congratular-me com esse facto e felicitar-vos por essa forma de participação cívica, organizada e que estamos disponíveis para trabalhar convosco na resolução dos assuntos mais prementes da zona, partilhando naturalmente com os munícipes, como é nossa forma de estar e nossa obrigação, os recursos disponíveis existentes, a respetiva afetação e o que é que sobra e que investimentos é que faremos.

E a propósito disto, permita-me, Sra. Presidente, que anuncie desde já que este ano voltaremos a retomar o processo de Orçamento Participativo, ainda num modelo que não se esgota às cinco reuniões das freguesias, porque tem havido vários fóruns de participação (e aliás na próxima semana também há com o movimento associativo), que também são orçamento participativo. Voltaremos a esse modelo e teremos uma reunião em Pinhal Novo, onde certamente quereremos ter também a presença de moradores de todas as zonas da freguesia para sinalizarem as principais prioridades, não só através de um inquérito, mas também através de uma Assembleia, de uma discussão pública dos recursos que existem e para que áreas é que devem de ser afetados.

Portanto, viva a participação organizada e bem-vinda e vamos, naturalmente, trabalhar para resolver um conjunto de situações, sendo que também para a definição de critérios e prioridades é necessário esclarecimento. Que a participação quando é esclarecida será certamente mais profícua e certamente mais democrática.

Nós, eu tenho também o privilégio de conhecer a zona e também já tive oportunidade de partilhar ao Sr. Jorge Fernandes que vive numa zona rural, e portanto conhecemos a generalidade dos problemas de quem vive numa zona rural, mas também tive já oportunidade de dizer, e vou repeti-lo a outros munícipes, mas também aos Srs. munícipes que moram como eu em zonas rurais, que não tenhamos ilusões que as zonas rurais alguma vez vão ser todas asfaltadas, porque não têm de o ser em sitio nenhum do mundo, porque há zonas agrícolas, zonas ecológicas e florestais e há perímetros urbanos definidos. E é nessa zona dos perímetros urbanos, atenção que eu estou a falar de perímetros urbanos, não estou a falar da Vila de Pinhal Novo. Lagoa da Palha também tem um perímetro urbano, Venda do Alcaide também tem um perímetro urbano, faço-me entender? E, portanto, há perímetros urbanos que têm de ter um olhar prioritário e depois, já que ainda há pouco a Sra. Marina Teles falou de critérios de transparência, eu acho que isto é tudo de facto uma questão de esclarecimento. É que há depois eixos prioritários, porque até lhe digo, se eu fosse a contar aí outras reclamações que temos noutras zonas do concelho pelo número de moradores, garanto-lhe que há ruas que têm mais moradores do que a do Aceiro dos Arraiados. Mas nós também consideramos que o Aceiro dos Arraiados é prioritário e estruturante, por aquilo que a Sra. disse, é que é uma espinha dorsal paralela ao caminho municipal 533, vai desaguar no Aceiro do Costa e é uma excelente via alternativa para chegarmos ao Pinhal Novo. É isto que entendemos. Portanto, inteiramente de acordo com isso e reflito sobre esta matéria há já alguns anos.

Picando aqui alguns assuntos que a D. Isabel Fernandes nos trouxe ao conhecimento:

- Iluminação Pública - Naturalmente o Sr. Vereador que aqui está a assistir tomou em boa nota, devo dizer-lhe que a freguesia de Pinhal Novo, ainda no mandato anterior por insistência da Câmara foi uma das primeiras a beneficiar do programa da EDP, substituição de lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, ou seja substituir as brancas por amarelas, eu creio que isso terá tocado várias ruas da zona rural, agora há muita infraestrutura elétrica nas zonas rurais que nem sequer pode suportar esse beneficio, porque a cabelagem, ou até a própria luminária, portanto aquele cabaz que lá está, são coisas obsoletas e portanto nós temos tentado com a EDP levar isso a eito. De facto a freguesia de Pinhal Novo é a que está quase próxima dos noventa e tal por cento, agora isto não significa que com esta substituição os problemas estejam todos resolvidos, porque há de facto zonas, na minha perspetiva, temos discutido isso com o Sr. Vereador, onde há candeeiros a mais nalgumas estradas que devia estar candeeiro sim, candeeiro não, e há outras zonas porque as pessoas entretanto vão construindo a sua casa, vão ocupando, deixou de ser uma fazenda agrícola onde apenas lá iam durante o dia podar, sulfatar ou cuidar das colheitas e passam a viver lá, que não tinham lá luz ou a luminária, mas que têm o direito a solicitar a luminária e portanto o Sr. Vereador irá, com os nossos serviços técnicos, fazer o levantamento daquela zona. Nós temo-la aqui no mapa para fazer o levantamento das necessidades, agora isto não significa que tenha de haver um candeeiro à porta de cada um como sabem, porque as luminárias, consoante a sua potência e o grau de luminância, têm depois uma área de intervenção, mas penso que os problemas que houver estamos cá para os resolver. Nós pagamos a energia, a EDP tem obrigação de fazer uma parte substancial do investimento;

- CCI's , aí temos de facto um problema estrutural da questão da distribuição postal em Portugal, é que esta questão da, isto tem que se falar e tem que se dizer a verdade, isto de desmantelar serviços públicos CTT, privatizar etc., isto já vem assim há uma série de anos, dantes as pessoas na zona rural vocês sabem preferiam quase ir buscar a carta à taberna lá da zona, ou à mercearia da zona do que esta história dos CCI's, porque deixou de haver carteiros para entregar porta a porta não é?, isso dava-lhes muita despesa e então CCI's e isto devo-lhe dizer-lhes, logo nos anos oitenta quando isto começa, juntas de freguesia, câmaras em todo o país opuseram-se a isto, mas infelizmente não conseguimos reverter a situação e portanto nós costumamos junto dos CTT denunciar estas situações mas infelizmente, aliás até fecham estações do CTT, negoceiam por vinte e cinco tostões com algumas juntas de freguesia que são chantageadas se quiserem ter lá um posto dos CTT, arranjem lá um cantinho na junta para ter lá, isto como devem de calcular é um caminho perigoso e compete a todos os cidadãos denunciar e combater. Agora nós faremos chegar aos CTT as nossas preocupações como já fizemos noutros sítios quanto à manutenção daquele espaço, porque eu tenho uma situação pessoal também idêntica, a minha caixa de CCI, continua partida, serve para as vespas fazerem lá ninho, mas enfim também não tenho privacidade nenhuma no meu correio não é? Nós devemos exigir e tratando-se de uma empresa que está em processo de privatização o cliente tem de exigir à empresa, não é? Nós faremos pressão se houver alguma questão concreta. Em que é que as autarquias às vezes têm ajudado? Houve situações em que as autarquias solicitaram outra localização mais próxima, cederam um cantinho de um terreno que era público, porque aquilo estava muito distante, sei de autarquias que fizeram estruturas em alvenaria, em tijolo e cimento para colocar as caixas, há muitas situações desta natureza e também houve sítios onde pessoas cederam terreno para que essas infraestruturas de alvenaria e caixas fossem colocadas, conheço múltiplas experiências na nossa região sobre esta matéria, mas de fato não é um problema que a Câmara consiga, sem a vossa pressão junto dos CTT, resolver.

- Recolha de Monos – Responsabilidade nossa, nós temos na zona um circuito que é feito pelos carros municipais e um circuito que é feito por uma empresa de outsorcing que é a SUMA, não sei o local, a rua em concreto, se é a Câmara, se é a SUMA, mas não consegue dizer-nos? O carro que lá passa tem escrito SUMA ou é um carro da Câmara? Brancos? Então é da SUMA. Ora se há incumprimento dos dias de recolha, eu posso dizer-lhe por acaso não temos grande razão de queixa da SUMA, o que acontece muitas vezes e eu também mando fotografias para os meus dirigentes sobre esta matéria, é que a SUMA nalgumas voltas, o carro fica tão cheio que já não consegue no próprio dia voltar para recolher o resto e é normal que passe para a semana seguinte. De qualquer forma o que eu vos peço é que usem o mail do atendimento municipal."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente temos que…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, mas o que eu vos peço, e sobretudo agora com a Associação que há-de criar um email também, que é a coisa mais simples e mais rápida, que nos façam chegar ao "atendimento@cm-palmela.pt", que está no site, reclamações dessa natureza, porque nós pagamos à empresa e temos de exigir naturalmente. Assim como quando a Câmara falha, nós também, os nossos circuitos, às vezes avaria um carro, há uma brigada onde alguém que não apareceu ao serviço, que está de baixa, também temos problemas e a empresa também tem, mas temos a responsabilidade de repor de refazer essa volta, mas esse prazo não é de fato admissível, é inadmissível e portanto façam o favor de fazer chegar essa reclamação para nós monitorizarmos. Muito bem.

- Contentores que nunca foram lavados – Também há aí qualquer coisa que não bate certo. No contentor está um autocolante e houve uma lavagem entre julho e setembro, em cerca de três mil e oitocentos contentores do concelho, se não está lá o autocolante, mas tem que ter, certo? Então a Associação tem esta vantagem de poder ser também os olhos dos cidadãos e portanto identifiquem, é na rua tal, é na bateria de contentores tal, para nós irmos verificar, porque independentemente do contentor ter ou não ter

autocolante, só se são retirados ou vandalizados, digo-lhe que a lavagem é feita com um carro de um encarregado da Câmara atrás, percebe? E portanto é uma situação a verificar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, depois fará uma reunião."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sobre o cacifo, questão do Luis Carlos, é um assunto do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, presumo que o Luis já está no 5º ou no 6º ano de escolaridade? Será? Está no 5º ano de escolaridade e de facto essas escolas e esses cacifos não são propriedade do município, são do Ministério da Educação e é um assunto que os estudantes também organizados em Associação de Estudantes, e os Pais organizados em Associações de Pais, devem de tratar com os estabelecimentos de ensino. De todo o modo nós levaremos esta questão, porque o Sr. Vereador, tem acento no Conselho de Escola do Agrupamento e levantará esta questão na próxima reunião com a diretora do agrupamento e com os restantes pares do conselho de escola e felicito-o também pela participação na nossa reunião.

Sobre o plano de trabalho…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente desculpe, deixe-me interrompe-lo só para fazer uma sugestão, neste caso concreto atendendo a que temos um munícipe muito jovem na sala, talvez valesse a pena, ele está no 5º ano deixou o primeiro ciclo há pouco tempo, explicar-lhe que a responsabilidade da Câmara nas escolas do Concelho do 1º ciclo, por isso é que provavelmente ele traz a questão aqui não é?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Foi isso que eu tentei dizer mas, mas de forma inversa, é que essas são do Ministério e até ao 4º ano de escolaridade e pré-escolar essas escolas é que são responsabilidade da Câmara. Muito obrigado Sra. Presidente."

Vamos a prazos para a realização de duas obras que os senhores e senhoras munícipes aí referiram:

- Aceiro das Sapatarias – Está programado no nosso plano para 2015, estamos cá o mais tardar daqui a um ano para ver para crer.

- Aceiro dos Arraiados – Como tive oportunidade de dizer a uma munícipe e a outro Sr. Munícipe que já estiveram aqui nesta sala numa reunião de Câmara, e também numa reunião de Assembleia Municipal, está no Plano Plurianual de Investimentos para 2016 e 2017 e o que eu disse de seguida é que para além de já termos o levantamento topográfico, e estarmos a optar por um projeto que possivelmente não vai tratar as valetas porque elas devem ficar em terra natural, sobretudo nas zonas que são iminentemente rurais e que não têm muros e construções confinantes, podermos fazer um projeto mais barato porque garanto-lhe que anda na ordem dos quatrocentos mil euros a primeira estimativa, mas eu comprometi-me já com o Sr. Jorge Fernandes que iríamos antecipar a obra, ou seja, em vez de 2016/2017 vamos colocar no próximo Orçamento e Grandes Opções do Plano, que irá a esta Câmara no final deste mês, a antecipação para 2015/2016 se não houver nenhuma hecatombe.

Se estamos a cumprir o Plano neste momento, praticamente a rondar quase os noventa e cinco por cento de todas as obras, este ano penso que poderemos continuar a alegar que manteremos o ritmo de compromisso.

Estaremos depois aqui para dar a cara e para aferir se efetivamente assim não é, mas gostava aqui, no entanto de dizer que tomei em boa nota, quando a D. Marina diz que já esteve em dois mil e cinco, pois é o mundo e o país também eram outros em dois mil e cinco, é que é precisamente a partir de dois mil e cinco

para cá que as receitas das autarquias que tinham em receitas de loteamentos e urbanismo, que tinham em receitas de derrama que é o imposto sobre o lucro das empresas, na ordem dos oito milhões de euros por ano, passamos do urbanismo para trezentos mil euros por ano nos últimos anos, não é, houve aí um ano que tivemos um milhão e tal em dois mil e dez, de resto…."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" É a Lei das Finanças Locais."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"De facto. É também a Lei das Finanças Locais, porque isto, as receitas das autarquias têm vindo a pique. Em todo o caso creio que estamos numa fase em que não acabou a crise, mas todos nós hoje nas nossas casas aprendemos a viver de forma diferente, sem deixar e ousar sonhar ter melhor e temos de continuar a lutar por ter melhor. Também nós na Câmara Municipal estamos a fazer isso e por isso é que estamos a conseguir, eu não diria fazer mais com menos, porque isto pode ser mal interpretado, mas estamos a fazer e estamos a cumprir aquilo que colocámos no plano de investimentos e que corresponde ao nosso programa de mandato e, portanto, eu estarei disponível depois para conferirmos a consecução destas obras.

Quanto às outras questões de trabalho eu creio que, numa próxima reunião, vamos poder sinalizar, vamos inclusivamente ao local com alguns dos nossos técnicos para aferir algumas questões e também estou certo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, com quem temos a descentralização de competências para a manutenção dos aceiro e para o corte de matos e canas na berma dos caminhos, também estará disponível para ir aferindo as possibilidades de intervenção com mais frequência nessa zona. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Eu pergunto se há mais alguma questão que enfim, que não das questões colocadas, ou seja alguma questão nova? Se não houver agradeço o facto de terem vindo a esta sessão, saúdo a constituição da Associação porque, exatamente como o Sr. Presidente disse, naturalmente a existência de uma Associação facilita o diálogo com a Câmara Municipal, com os serviços, e portanto com certeza que hão-de ter oportunidade de ter reuniões de trabalho para continuar a colocar os problemas e sobretudo acompanhar a sua resolução.

Pergunto se há mais alguma pessoa na sala para usar da palavra neste período? Não havendo, passamos então agora a palavra às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia."

<u>Período de Antes da Ordem do Dia</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos retomar com as Moções apresentadas ou os Srs. Membros da Assembleia querem colocar alguma questão ainda antes das Moções? Alerto para a hora. Tem a palavra o Partido Socialista, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, boa noite restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Srs. Jornalistas, Público, Técnicos da Câmara. É verdade que o Partido Socialista tinha aqui um conjunto de questões a pôr ao Sr. Presidente, e por via dele aos Srs. Vereadores, e pensamos ser importantes na medida em que são problemas factuais e atuais e que se calhar mereciam alguma reflexão e algum esclarecimento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há um período, nós temos, não é um período há um ponto o ponto da informação do Sr. Presidente da Câmara, não quererá nessa altura fazê-lo?"

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Podemos, passo a expressão encaixar aí com algum esforço. Está bem."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Está bem, é só para tentarmos, é que assim nesse ponto já tem um bocadinho mais de tempo não é?
Muito bem então vamos às Moções? Então eu vou identificar a primeira moção entrada na Mesa, peço desculpa, tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu não percebi bem, agradecia um esclarecimento à mesa relativamente à decisão da Sra. Presidente quanto ao requerimento e recomendações."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, sim, eu o sugeri foi o seguinte, como já disse há pouco são sete ou oito moções e mais quatro requerimentos, peço desculpa a minha proposta era que os requerimentos fossem entregues à Câmara eu faço-os chegar, ou então se quiser retomar o tema numa outra sessão era a minha proposta. Está bem? E dávamos prioridade à figura das moções."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós concordamos que não sejam aqui discutidos, não prescindíamos era da leitura para que também os munícipes tivessem conhecimento do que requeremos, é só com base no direito à informação e prometemos ser breves na leitura e cortar no nosso tempo de discussão das moções. É um compromisso nosso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pois exatamente, pronto então, mas têm que ser mesmo muito breves nessa leitura. Então nesse caso vamos começar, toda a gente tem que fazer uma leitura muito breve, aliás em alguns casos eu não vou mesmo permitir a leitura, desculpem o Bloco de Esquerda tem uma moção com quatro páginas, não vai ler, está bem? Umas, duas, três, não desculpem se não nós gastamos o tempo todo numa única moção, portanto eu pedia mesmo que tivessem a capacidade e depois a CDU também uma com três páginas, portanto também podia capacidade de colocarmos as questões porque se não, não há tempo para discutir, não vale a pena, ou lemos moções ou discutimos moções.

Vamos ao Bloco de Esquerda, a primeira é pela Regularização de todas as passagens para peões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Peço desculpa, só um bocadinho, tinham pedido palavra pelos vistos antes das moções, desculpe tenho aqui um desconforto na Bancada da CDU, mas ainda é sobre, sobre é? Antes das moções? Faz favor."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

" Por causa das moções foi-me entregue agora várias moções, duas do Bloco de Esquerda, uma do Partido Socialista, uma do PSD, duas do PS, claro que falta as nossas duas moções também, que nós apresentamos mas eu creio que nós devíamos refletir aqui sobre uma questão profunda, porque estamos de acordo com a observação que a Sra. Presidente faz, mas é-nos entregue uma e a nossa bancada como também as outras possivelmente devem de ter este problema, só uma para toda a bancada, quando começam a intervir como é que a gente vai analisando aqui as moções todas? Portanto eu acho que devíamos refletir muito profundamente sobre esta matéria em que as moções fossem distribuídos a todos os elementos das bancadas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem é uma questão pertinente mas remete para uma outra, é que é impossível nós procedermos a esta logística a não ser que se interrompa a sessão, se os Srs. Membros da Assembleia continuam a trazer as moções aqui à hora.

Nós já tínhamos pedido para que as moções fossem entregues antes, porque isso também nos permite fazer uma gestão, não é? Nós temos um período antes da Ordem do Dia de uma hora, se temos sete moções para discutir, quer dizer a que horas é que chegamos à Ordem de Trabalhos, não é? Se forem previamente entregues nós podemos fazer essa gestão, eu posso sugerir o agendamento de um tema e que recuo outro, agora aqui em cima da sessão é muito difícil.

Portanto a questão do número de documentos é importante, mas o facto de nós na Mesa termos de conhecer os documentos previamente é absolutamente fundamental. Portanto neste momento não há outra coisa a fazer, vamos avançar com a apresentação sumária de cada Moção por favor, tem a palavra o Bloco de Esquerda, a quem peço desculpa por interromper, Carlos Oliveira."

Moção do BE *"Pela Regularização de todas as passagens para peões de superfície em perímetro urbano"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Obrigada, mas eu acho que dada a natureza do tema e a forma como está tratada, aliás o Sr. Presidente fazia essa mesma sugestão, nós devíamos de tratar este assunto como uma Recomendação à Câmara, está bem? Porque é assim, tem aqui temas que são naturalmente da maior importância, mas alguns sujeitos a regulamentação própria, aliás como … e portanto deve ficar como uma recomendação à Câmara, naturalmente para a Câmara estudar e aplicar, quer dizer não creio que seja uma moção, não é matéria de uma moção, está bem? Diga, diga."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"É só porque o município de Palmela é neste momento, tem a medalha de prata salvo erro na questão da mobilidade, acessibilidade e mobilidade das Cidades e Vilas de Excelência e nesse sentido achávamos que é uma questão muito pertinente no sentido de integrarmos os cidadãos com este tipo de deficiências.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Deve ser uma Recomendação à Câmara no sentido de continuar, ou seja a Câmara tem um plano e o facto de ter essas, enfim, de ter tido estes reconhecimentos e poder ostentar essa bandeira acontece exatamente

porque houve, porque há um plano de trabalho que tem vindo a ser executado, que é um plano naturalmente de médio e de longo prazo e portanto eu julgo que nós não podemos assumir aqui uma moção, não é?, em que exigimos à Câmara que se comprometa neste período que é proposto aqui a executar este trabalho. Portanto nós podemos, e devemos, aprovar aqui uma recomendação à Câmara, está bem? Neste caso transformar o texto em Recomendação."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Nesse caso, se houver votação nós aceitamos que seja na figura da Recomendação à Câmara."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Peço desculpa, eu não posso intervir durante as moções mas vou usar abusivamente a figura de interpelação à mesa, para poder aduzir aqui sinteticamente três esclarecimentos.

O município já recebeu duas bandeiras, uma de prata e outra de ouro, da Mobilidade porque fez um plano para uma zona e ultrapassou numa primeira fase quarenta por cento e na segunda fase setenta e cinco por cento ultrapassando as barreiras arquitetónicas, há aqui uma confusão de mobilidade e acessibilidade, mas isto vai dar tudo ao mesmo.

Todas as ideias que aqui estão integram o Plano Municipal de Acessibilidades cujo diagnóstico foi feito precisamente para todos os perímetros urbanos do nosso concelho e também para edifícios públicos e até de identidades privadas mas que prestam serviços públicos.

Nós estamos a desenvolver este Plano noutra zona do Pinhal Novo, mas o próximo aglomerado urbano a ser intervencionado é a aldeia do Poceirão, em todo o centro urbano da aldeia do Poceirão, dar este esclarecimento, mas depois dizer se isto ficasse por uma moção para aplicar isto tudo que está no final do mandato. Devo esclarecer todos os presentes se assim fosse, das duas uma, ninguém consegue cumprir esta moção, para além de dizer que teríamos de esperar trinta ou quarenta anos para fazer qualquer outra obra no concelho, é só este esclarecimento. Portanto acho que como recomendação, nós estamos sintonizados no objetivo."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Prazo para executar essas obras então? Não é três anos? Diga então um prazo em que é possível cumprir essas obras."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"À semelhança, peço desculpa Sr. Presidente. Desculpe, não vamos continuar, peço desculpa se não nós não chegamos a conclusão nenhuma. A recomendação à semelhança das outras recomendações, e requerimentos, não os vamos votar aqui, é uma recomendação é entregue à Assembleia, à Mesa, que entrega à Câmara Municipal, está bem? Pronto passamos ao segundo ponto que é esse sim, sobre a forma, desculpem porque…, posso correr o risco de tirar a ordem, mas creio que não. O segundo era do Bloco de Esquerda novamente, mas para intercalar eu vou dar entrada então, vou dar inicio e dava a palavra ao Partido Socialista para apresentação da Moção sobre os trinta e cinco do Serviço Nacional de Saúde."

Moção do PS *"Congratulação pelos 35 anos do Serviço Nacional de Saúde"*

Tomou a palavra o **Sr. Raul Cristóvão** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia se há alguma questão sobre esta Moção? Tem a palavra a CDU Joaquim Caçoete."

O **Sr. Joaquim Caçoete da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente e na pessoa do Sr. Presidente cumprimentar os presentes. Nós embora reconhecendo que a ligação que ficou sempre do Ministro da Saúde, julgo que não é só um Ministro que faz uma lei que perdura tanto tempo, com certeza que devia ter sido um debate muito grande de toda a sociedade portuguesa em volta deste assunto, mas estamos de acordo com esta moção e a CDU irá votar a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então mais alguma questão? Não havendo, há é o PSD/CDS por favor, tem a palavra."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Com esta Congratulação dos trinta e cinco anos do Serviço Nacional de Saúde, nós concordamos. Há aqui um parágrafo que é o penúltimo em que o PS apela aos democratas para assumir uma postura de combate político contra quem põe em causa o Serviço Nacional de Saúde, mas não identifica. Eu gostava só desse pequeno esclarecimento, quando é que começou esse combate e essa transformação da saúde no negócio e por quem."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Quem é que pediu a palavra, desculpem, em primeiro lugar pelo Partido Socialista? José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos, apresento muito obrigado à Sra. Presidente, apresento cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia, extensivos aos restantes membros da Assembleia, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente, aos Srs. Vereadores, às Sra. Vereadoras, Caras e Caros colegas da Assembleia, um cumprimento particular ao público hoje aqui a assistir a esta Assembleia e também aos Técnicos hoje em funções da Câmara Municipal neste espaço. Um cumprimento à Comunicação Social no seu trabalho importante na divulgação do que acontece nesta Assembleia, aos munícipes do concelho, e digo isto porque isto é da responsabilidade de todos nós, informarmos os munícipes para não termos a surpresa que eu ainda esta semana tive, de um munícipe me procurou de quantos em quantos anos reunia a Assembleia Municipal e do que é que efetivamente aqui se tratava. Eu recordo, e aproveito isto é muito rapidamente, que as Assembleias Municipais são os órgãos mais importantes dos concelhos porque é aqui que se libera e se ratifica tudo aquilo que os executivos podem ou não fazer de mais importante.

Foi procurado pelo PSD desde quando é que se começou a questionar o Serviço Nacional de Saúde e a pôr em causa aquilo que nós aqui congratulamos. É muito simples, de há três anos a esta parte vou dar aqui alguns exemplos que nos deixam preocupados. De há três anos a esta parte aumentaram substancialmente

as taxas moderadoras, cortaram os transportes aos doentes com dificuldades de acesso hospitalar, as listas de espera para intervenções cirúrgicas aumentam diariamente, cortes nas comparticipações dos medicamentos, no combate à toxicodependência (…) o Ministério deixou de ter resposta ao Serviço Nacional de Saúde, uma vergonha, nos doentes oncológicos são os diretores de serviço que denunciam publicamente todos os dias e há restrições aos medicamentos, tratamentos continuados por razões economicista deste Governo à custa de vidas, a ordem dos médicos denuncia que os doentes com hepatite estão condenados à morte por falta de medicamentos, nunca visto.

Faltam cada vez mais médicos de família, onde se atingiu um número astronómico o mês passado de um milhão e seiscentos mil pessoas sem médicos de família em Portugal, faltam milhares de enfermeiros nos hospitais e serviços, todos os dias vimos isso na comunicação Social, enquanto temos milhares de enfermeiros no desemprego e outros a terem que fugir deste país para arranjar trabalho, infelizmente. Enfim a resposta é esta, esta gente que diz governar Portugal mas que desgoverna o nosso país quer um sistema de saúde virado para a carteira em que os ricos ficam com médicos privados e os pobres privados de médicos. Muito obrigada Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, tenho um pedido de intervenção da CDU, no âmbito da discussão desta Moção. Tem a palavra o António Mestre, por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite a todos, Sra. Presidente em seu nome cumprimento todos os presentes permitindo-me saudar particularmente os nossos munícipes que hoje nos visitam. Eu só queria aqui, concordando com a moção apresentada pelo PS que já dissemos que votamos favoravelmente, deixar alguns esclarecimentos, se calhar para todos os presentes, do porquê da estranheza do PSD/CDS, com alguns considerandos desta moção, é que quando foi aprovado o Sistema Nacional de Saúde na Assembleia da Republica, estes dois partidos abandonaram a sala para não votarem.

Para além disso temos outros comentários. Recentemente, no concelho de Palmela, a Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, colocou como contra partida à construção do Centro de Saúde Pinhal Novo as obras e a comparticipação do município. Portanto quando os senhores munícipes falavam nas justas reivindicações temos também o estado a reivindicar às próprias Câmaras a comparticipação de competências que são do Estado e para as quais também todos nós pagamos os nossos impostos. Era só isso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, vamos retomar a Moção, podemos votar?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos agora à moção da CDU sobre Cuidados de Saúde em Pinhal Novo."

Moção da CDU *"Pela construção urgente da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Pinhal Novo-Sul"*

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Caçoete** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre esta Moção.
Tem a palavra o PSD/CDS, por favor, Carlos Vitorino."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, cumprimentando de igual modo todos os presentes nesta sala, gostaria de dizer o seguinte:

Reafirmar a postura de cooperação inconstitucional do município expressa na disponibilidade já manifestada para lançar a empreitada, fiscalizar e proceder ao arranjo e manutenção estamos de acordo. Estamos de acordo que, de facto, temos uma dificuldade e que, de facto, devemos exigir ou devemos pedir a prioridade na unidade, na construção das várias unidades, também é verdade. No entanto só queria deixar aqui dois apontamentos. O Sr. Deputado Joaquim Caçoete, iniciou a sua intervenção e a Moção inicia com, de facto, um processo despoletado em 2001 e que depois em 2008 foi assinado protocolo é verdade. Acontece que entretanto, para quem não saiba, o País esteve à beira da banca rota e da falência e como é óbvio isto obsta a muita coisa, ou seja, é fácil chegarem aqui e virem com postura para o governo parecida com aquela que tiveram em relação aos munícipes. Ou seja, para os munícipes, para um caso concreto, há problemas e o Sr. Presidente expressou-os, no entanto para o governo tudo se exige porque nós devemos ter uma máquina de fazer dinheiro, já não temos, ou seja é fácil de criticar mas aqui estamos de acordo Sr. Presidente, ou seja em termos de analisar sim senhor. Aliás uma sugestão que eu deixava aqui até para que os deputados municipais, como elementos fiscalizadores da Câmara, pudessem ter mais informação sobre todos estes processos era que fossem acionadas as Comissões Permanentes da Assembleia Municipal que há um ano estão para ser lançadas e ainda não o foram. De certeza que estes assuntos poderiam ser, em conjunto com todos os deputados municipais, debatidos se calhar de uma maneira diferente em que os senhores no fundo pedem uma coisa e depois querem inviabilizar porque são sempre contra. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia Carlos Vitorino, terminou?

Apenas um pequeno esclarecimento, há um ano o senhor ainda não era eleito, nem o senhor nem os demais membros da Assembleia Municipal, portanto era só para dizer que não estamos há um ano à espera das Comissões."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Apenas onze meses. Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pequeno preciosismo. Mais intervenções sobre esta Moção por favor?
Raul Cristóvão, bancada do PS."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, muito rápido para centrar o problema naquilo que é efetivamente importante e o que é efetivamente importante, e tenho pena que só em 2008 e já numa fase final do nosso Governo a coisa tenha sido posta já um pouco em fase adiantada e não tenha sido possível concretizar, porque eu acho que é de todo realçar a necessidade urgente, e não o luxo, de um Centro de Saúde na área que estamos a referir e portanto nós estamos numa área com muitos utentes, com milhares de utentes, sem médico de saúde, estamos numa zona em que a Câmara cedeu o terreno, em que a Câmara está disponível para ser uma parte ativa no processo de construção, e de manutenção, quer das áreas envolventes jardins, etc., quer da própria manutenção do edifício e portanto nós oposição, não é oposição por oposição é oposição para exigirmos aquilo que nós pensamos ser a necessidade dos nossos munícipes e tenho pena que o meu governo não tenha tido tempo de o fazer, mas se hoje fosse o meu governo, eu estaria aqui a dizer que era preciso fazê-lo, ou seja fazê-lo era ontem.

Os utentes do Pinhal Novo precisam deste Centro de Saúde, ponto, seja qual for o governo e não venham com a história dos dinheiros porque há dinheiros, e há dinheiros e faltas de dinheiros e há falta de dinheiros, agora o que não pode haver é falta de saúde e falta de cuidados médicos para as populações."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Meus Senhores, mais alguma questão? Podemos votar esta Moção?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Uma declaração de voto.

Sr. Presidente, discute isso depois na Câmara, está bem?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Oh Senhor Presidente, é por isso que fazemos parte de partidos democráticos. O voto de abstenção vai no sentido de não concordarmos com alguns considerandos da Moção, no entanto tudo faremos, e lutaremos, dentro dos nossos partidos para que o Centro de Saúde de Pinhal Novo seja construído."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É uma boa redundância, desculpe. Muito bem tem a palavra agora, novamente o PSD, para o tema da CPCJ."

Votos de Congratulação do PPD/PSD. CDS-PP sobre *"CPCJP – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Palmela" e "Centro Social Paroquial de Pinhal Novo"*

Tomou a palavra a **Sra. Teresa Marta Joaquim** para apresentar os Votos de Congratulação, que ficarão apensos à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre os Votos de Congratulação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre este voto de Congratulação. Tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, boa noite Sra. Presidente, Srs. Presidente, Membros da Assembleia Municipal, Srs. Jornalistas, público aqui presente, boa noite a todos.

São dois ou três, duas ou três notas, que eu gostava de dar sobre estes Votos de Congratulação.

Primeiro, e dir-me-á o Sr. Vereador Adilo que foi representante da Comissão Nacional de Protecção Crianças e Jovens em representação da Associação de Municípios durante muitos anos, as CPCJ não são Instituições, são Entidades e representam uma série de Instituições, ou seja cada uma das Instituições que lá está é, tem um Técnico tal como a Câmara Municipal tem etc., etc., que é remunerado pelo Município, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, etc., portanto há aqui uma entidade que representa uma serie de Instituições.

Depois eu acho salutar e relevante que se faça os protocolos, mas não consigo que aqui, não consigo ver no Plano de Ação da CPCJ de Palmela nada que me indique que isto reflete o início do intercâmbio salutar entre organizações privadas e instituições públicas, não consigo não está no Plano de Ação, eu conheço o Plano de Ação portanto não está lá. Por outro lado esta questão de que a aceitação do trabalho da Comissão passa por aí, eu acho que a CPCJ é hoje, já as CPCJ's que há no País as trezentas e cinco CPCJ's que há no País são hoje já entidades enfim que têm alguma visibilidade e que são bem vistas, digo eu, só não são bem vistas quando há realmente uma chatice que muitas vezes não tem se quer a ver com a CPCJ, já tem havido com o Ministério Público porque o caso já foi encaminhado para o Ministério Público.

Portanto, trata-se aqui de um aspeto que para mim também não é muito curial, que é o facto de ser a CPCJ a materializar em serviço o fornecimento de alimento, roupas e produtos de higiene a famílias carenciadas, não é a CPCJ que cabe esta função, há entidades já no terreno que fazem isto e não a CPCJ, a CPCJ não é uma entidade de primeira linha, a CPCJ é uma entidade para intervir depois da primeira linha intervir, portanto dá-me ideia que há aqui alguma falta de rigor, diria eu. Nós não temos problemas de votar a favor face ao contexto, agora o envolto efetivamente não é o melhor. Muito obrigada."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU:**

"Obrigado Sra. Presidente. Boa noite, cumprimentava na sua pessoa todos os presentes e era para referir concretamente o seguinte: conhecemos a entidade CPCJ e conhecemos as instituições aqui referidas, diremos apenas que estamos efetivamente de acordo, estamos de acordo com estes protocolos que foram agora realizados e vamos votar a favor."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD. CDS-PP:**

"Obrigada novamente, eu quero só referir em relação aquilo que disse o nosso colega da bancada do PS, portanto como vocês sabem eu sou representante da Assembleia Municipal na CPCJP, na Comissão Alargada, eu não quero, vamos lá a ver, não é que o que o colega disse não fosse importante, mas eu nem sequer quero saber aqui se a CPCJ, é uma entidade de primeira linha, quem é que tem a responsabilidade ou não, porque se não nós entramos aqui, naquilo que em psicopatologia se chama, patologia do obstáculo, que é tem que haver um obstáculo para tudo, ora se há duas entidades que se disponibilizam para ajudar uma outra entidade que é a CPCJP, porquê? Porquê? Nós questionarmos essa ajuda? Porquê? Porquê questionar que um colégio que todos os dias efetivamente faz comida a mais, possa ajudar esta instituição? Porquê? Porquê questionarmos isso? Não será que estaremos a usar efetivamente a cuidar demais daquilo que é tão natural.

Sobre a questão da CPCJ ser já uma entidade bem acolhida pela população, eu convido o Srs. Deputados Municipais aqui presentes a um dia destes fazerem o trabalho que eu já fiz, que é acompanhar técnicos e

perceber o quão é difícil lidar, efetivamente, as coisas que os técnicos ouvem por isso e portanto o que as pessoas depois dizem lá fora, nos cafés etc., é aquilo que é natural, que é a CPCJ que foi, que fez, que aconteceu, mas depois não se vê porque é que a CPCJ interveio. Sinceramente, acho que tudo o que se possa fazer para o merecimento desse reconhecimento deste trabalho, destes Técnicos que, respetivamente é um trabalho duro, é um trabalho duro, porque é um trabalho com famílias destruturadas é importante. Tenho dito Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Nós vamos votar esta Moção, peço desculpa não era uma Moção mas sim Votos de Congratulação."

Submetidos os Votos de Congratulação a votação, foram os mesmos aprovados, por unanimidade, com trinta a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem agora a palavra o Bloco de Esquerda para a segunda Moção privatização da gestão da recolha e tratamento de resíduos, por favor.
Eu alerto todos para o adiantado da hora, está bem?"

Moção do BE *"Sobre a privatização e concessão da gestão da recolha e tratamento de resíduos"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, esta aberta a discussão sobre esta Moção, Quem deseja intervir? Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo por favor, bancada da CDU."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Relativamente a esta Moção, em matéria já reportada pela CDU em vários fóruns nacionais, locais e portanto neste próprio local essa matéria já foi objeto de discussão e portanto é merecedora da nossa concordância em termos substantivos não temos nada de relevante a acrescentar portanto um ou outro pormenor parece-nos que não justificará iremos votar a favor.

Em qualquer das formas permitia-me, até porque esta questão faz uma ligação direta a matéria já aqui hoje discutida, porque falámos aqui hoje de uma forma direta relativamente às dificuldades do Poder Central/Poder Local.

É uma questão falaciosa colocar nesses termos, o problema hoje é uma pauperização objetiva do Estado Local e Central, portanto se reflete seja no Serviço Nacional de Saúde, seja na dificuldade da Câmara Municipal de Palmela e as outras Câmaras do País de responder às necessidades. Olhe por exemplo daquilo que os Senhores Munícipes aqui trouxeram hoje e que reportaram como exigências locais, independente de um ou outro aspeto em particular. Ou seja há efetivamente uma transferência brutal como nunca existiu na história deste País, nem da Europa desde a II Guerra Mundial, dos recursos do privado, do público, para o privado, do trabalho para o capital e dos países periféricos daqueles que têm anacrónimo absolutamente repugnante e pejorativo dos piques para um novo imperialismo, que está na Europa Central. É disto, é que é de politico que estamos a falar, é que muitas vezes estas matérias são analisadas perdoem--me dizer isto mas é a minha opinião com alguma superficialidade, porque é aqui é que está a (?) da questão, é esta depauperização dos serviços públicos que depois nos leva aqui a uma espécie de disputa entre o Poder Central/Poder Local, não é o estado na sua globalidade e nós poder local também somos naturalmente estado e a abertura destes serviços, o caso agora da EGF Tratamentos Resíduos Sólidos, são obviamente serviços apetecíveis, são serviços lucrativos como a saúde, como a Segurança Social, como o Ensino, como a própria água que está aí enfim, ainda faz parte dos planos do atual governo e dos partidos que o apoiam, porque são setores obviamente novos que eram impensáveis mesmo neste modelo de desenvolvimento do capitalismo desde a II Guerra Mundial serem abertos à iniciativa privada, eram impensáveis e eles só aparecem porque obviamente à uma crise geral do sistema capitalista e têm que ir aqui recolher mais algumas fontes de acumulação de capital.

Eu em qualquer das formas, não resisto porque vem a propósito desta matéria responder a uma questão que ainda há pouco o Sr. Membro Carlos Vitorino dizia que não tínhamos uma máquina de fazer dinheiro, o dinheiro não desapareceu, aqui aplica-se aquele princípio da lei da natureza, o ciclo das marés sabe qual é? Conhece-o não é? É que a maré quando vaza de um lado está sempre a encher do outro, é um principio da natureza e também na política também se aplica, portanto não há o dinheiro não desapareceu, não há essa coisa falaciosa que vivemos acima das nossas possibilidades e que à uma espécie da crise da dívida pública, não o que nós estamos a assumir na dívida pública é aquilo que é dívida privada, que é divida privada é essa que nós estamos a assumir e portanto é uma monstruosa falacia toda essa linguagem e eu agora dirijo-me particularmente à bancada PSD, porque é aquela que está no governo, ultimamente a esta matéria.

Portanto, esta privatização encerasse neste contexto mais geral, até porque já foi aqui assumidas e faladas questões da saúde e nesta questão enfim mais global que é a descapitalização, eu diria mesmo a decapitação do estado e isto veio abrir como nunca o caminho ao privado e já agora também não posso dizer sei que isto não merece a simpatia da bancada do PS, mas nós somos coerentes, o PS abriu as portas também a esta politica, claro que vocês acentuaram de uma forma absolutamente desastrada, porque é verdade, vocês acrescentaram mais aquilo que já vinha sendo feito é um de falto qualitativo pela negativa, mas nenhum de vocês está isento desta critica. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos avançar com a discussão sobre esta Moção, desculpem, tem a palavra o PDS rapidamente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigado, realmente não vamos aqui tecer grandes comentários porque esta Moção já foi trazida, este ponto através de outra Moção, e portanto a nossa posição é idêntica. Quanto a decisões políticas e interpretações sobre imperialismos, eu depois com o Dr. Valentim discuto isso em privado porque os munícipes também querem ver aqui o que nós pedimos nesta Assembleia para o Município e não só poder estatal, é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista, rapidamente por favor."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente, eu não posso deixar de referir porque foi aqui citado o Partido Socialista. Em relação a esta matéria devo dizer que nós vamos votar favoravelmente a Moção do Bloco de Esquerda e também achamos que, de facto, a CDU já trouxe a duas Assembleias, mas é de uma injustiça tremenda sempre que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia intervém. Apontava o Sr. Presidente da Junta, que tem um problema que é um binómio, um binómio amor ódio ao Partido Socialista, e dir-lhe-ei mesmo direi mesmo, olhando olhos nos olhos, que lhe vejo aí escondida uma certa paixão pelo Partido Socialista e isso deixe-me dizer-lhe, que merece estudo, isso merece estudo, e eu como sou seu amigo, ofereço-me para lhe dar uma consulta gratuita para estudarmos o seu assunto.

Deixe-me dizer-lhe que eu sou do tempo, sabe que aí nessa bancada há três ou quatro pessoas que têm a minha idade, e mais velhos, o resto são aquela juventude que vocês dizem cuidado que ele quando fala é tudo provocação, mas vocês sabem que eu sei que vocês sabem que as coisas não são assim. Mas Senhor Presidente da Junta deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu sou do tempo em que conheci bem porque era autarca em Lisboa a EPAL Empresa Pública de Águas de Lisboa e a EPAL, ouve um pai, um homem, um pai, que era militante do Partido Comunista, que era o Rui Godinho, que se vocês forem à internet ainda lá veem na direção das Águas de Portugal, era militante do PCP, era Vereador na Câmara de Lisboa, não sei se ainda é militante do PCP mas era, e foi o pai da ideia de passar a EPAL para o Grupo das Águas de Portugal, foi ele o pai da ideia, vão lá e consultem Rui Godinho ex., militante do PCP, eu não sei se foi corrido, era militante, vocês correm quando as coisas não dá jeito. Eu só vos digo uma coisa tenham cuidado nessa bancada, não vale a pena, você tem esse problema a gente resolve-o, mas vocês não estão aí constantemente a apontar baterias para aqui porque isto pode fazer ricochete e eu tenho a certeza que vocês não querem. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Acabou a discussão sobre esta moção, vamos votar." Quem vota contra? Quem se abstém? quem vota a favor? Aprovada por maioria com os votos contra do PSD/CDS.
Agora tem a palavra a CDU novamente para a moção para a abertura do ano letivo."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora tem a palavra a CDU, novamente, para apresentar a moção para a abertura do ano letivo."

Moção da CDU *"Ano letivo 2014/2015Uma abertura "normal" é um direito!"*

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Sobral** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, quem deseja intervir sobre esta Moção? Alguma questão? Partido Socialista por favor, Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigada Sra. Presidente, na generalidade estamos a favor do que a Moção fala mas na verdade é que há aqui algumas imprecisões.

O desinvestimento que se fala no parágrafo em que se diz que, de dois mil a dois mil e dez, Portugal foi o país da OCDE que menos investiu a verdade é que houve um período em que o investimento cresce, não o necessário, se calhar e aquele que todos nós gostaríamos, mas cresceu e cresceu e teve resultados bastante positivos. Reduziu bastante o abandono escolar, melhorou bastante os nossos sucessos em áreas como a matemática, o português e as ciências, basta ver os prémios internacionais que os nossos alunos ganharam no nível do ensino básico, melhorou bastante o parque escolar nesses anos, portanto ouve investimento no parque escolar. Por último também, por último mas não menos importante, propôs-se a escolaridade obrigatória até aos dezoito anos. Hoje temos mais alunos no sistema de ensino obrigatório, temos mais alunos na escola, temos mais alunos a aprender, mais jovens a aprender, mais jovens a ganhar competências fruto de medidas do anterior Governo.

Depois com a chegada da Troika, e sem que isso o obrigasse porque não está escrito no memorando, este governo desinvestiu na educação, desinvestiu no parque escolar, desinvestiu no futuro e isto é preciso dizê-lo, vem agora à pressa retomar as obras da parque escolar porque falta um ano para as eleições. Porque se não fosse isso continuaríamos com os problemas graves, das obras paradas da parque escolar e continuaríamos com os problemas graves da falta de equipamentos desportivos e continuamos, porque também não vão, tenho dúvidas que eles vão aceitar o contrato programa, gostaria muito que o fizessem e se não for este governo que o próximo governo que penso seja responsabilidade do Partido Socialista o possa fazer de imediato. Pelo menos aqui nesta bancada vai ter vozes a exigi-lo e isso é claro para que os jovens de Palmela, não só os que estudam mas também o resto da população, possam ter um pavilhão gimnodesportivo, que os jovens do Poceirão da Marateca e toda aquela zona rural, não só os que estudam mas também os outros, possam ter um pavilhão gimnodesportivo que não é uma questão de merecerem é um direito e efetivamente se nós falamos em política de juventude temos que dar aos jovens condições para eles terem praticas saudáveis e possam tirá-los da rua e possam tirá-los dos sítios onde eles possam correr perigos. Não vale a pena nós andarmos aqui a falar muito de coisas que depois na prática não conseguimos ir à essência do problema, que é pôr os jovens na escola, que é pôr os jovens a praticar atividades sadias, isso é que é efetivamente.

Portanto, nós iremos votar a favor embora haja aqui pontos, um ou outro, mas não é isso que é relevante. O relevante é que precisamos urgentemente de uma política educativa que retome alguns valores que já houve e que ponha no terreno aquilo que é efetivamente necessário para melhorar e para fazer este país evolui. Não se evolui sem uma política educativa inclusiva e sem uma escola pública valorizada que é esse o meu e o nosso grande receio, porque aí concordamos há um desinvestimento que leva a privatização da escola pública. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção sobre esta Moção? PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Só dizer que nesta Moção há aqui algumas incongruências, por exemplo a intenção de privatização da escola pública, e o aprofundamento do processo de municipalização deste setor.

Consideramos que há aqui alguma incongruência, relativamente aos pavilhões desportivos que são aqui inseridos. Sempre dissemos que éramos a favor, só temos pena é que todas as forças politicas, e eu que sou oriunda da freguesia de Quinta do Anjo, se esqueçam sempre da nossa freguesia. Também já estamos, como alguns munícipes, habituados a ser esquecidos e portanto quero aqui reiterar também, embora saiba que a escola principal para onde veem os novos alunos, até veem para Palmela, mas efetivamente aos meus colegas de bancada que são professores queria relembrar isto porque não nos devemos só lembrar das freguesias quando há eleições.

Para além disso direi que a exigência na qualidade do ensino para mim é importante, eu que frequentei o público e o privado sou a favor da escola pública também, mas gostava que os portugueses também pudessem escolher, e não cometo a incongruência de defender só as escolas pública e pôr filhos em escola privada como eu conheço algumas pessoas que só defendem a escola pública. Portanto temos que ser coerentes no discurso, o nosso sentido da votação será o da abstenção. Efetivamente há aqui números que eu não sou detentora deles e não os vou avaliar, consideramos que relativamente ao governo do Partido Socialista o Ministro pelo menos assumiu que houve erros.

Quanto à gestão do parque escolar, essa teríamos pano para mangas para falar. Não vamos aqui comentar isso porque nós preferimos discutir os assuntos locais independentemente de não (…) a isto, só que passaram uma noite a discutir só política nacional, consideramos que é fazer com que os nossos eleitores e munícipes, que isso ouvem eles todos os dias na televisão e na Assembleia da República, desanimem um bocadinho com as nossas Assembleias, embora sejam um direito de todos nós."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não quer terminar por favor? Eu penso que a abertura do ano letivo também diz respeito ao concelho de Palmela, penso que as questões da saúde que temos estado a falar, dizem respeito ao concelho de Palmela, penso que a falta de Centros de Saúde referimo-nos ao concelho de Palmela, penso que a questão da privatização da água e dos esgotos diz respeito ao concelho de Palmela, desculpe mas eu costumo ser, desculpe, desculpe, desculpe, mas eu costumo ser atenta relativamente às nossas intervenções e sempre que alguns dos Srs. Membros se afastam excessivamente dos nossos temas eu até costumo cortar as intervenções e portanto acho que hoje, apesar de tudo, com alguns desvios ou com comentários laterais, mas estamos a falar tudo de coisas que têm a ver com o concelho de Palmela.

Bem, nós vamos votar esta moção.

Última Moção é do PSD/CDS, embora eu tenha algumas dúvidas que deva ser tratada como Moção, mas dou a prerrogativa ao PSD de apresentar o texto sobre as urbanizações abandonadas."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Última Moção é do PSD/CDS, embora eu tenha algumas dúvidas que deva ser tratada como Moção, mas dou a prerrogativa ao PSD de apresentar o texto sobre as urbanizações abandonadas."

Moção do PPD/PSD.CDS-PP *"A favor da segurança da população de Pinhal Novo nos terrenos abandonados de urbanizações não concluídas"*

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, tal como diz o teor do texto nós vamos considerar esta Moção como uma Recomendação à Câmara, até pela natureza, o seu conteúdo, portanto eu convido o PSD/CDS a apresentar sumariamente, agora sem ler, os demais requerimentos e recomendações que tem à Câmara, portanto pedia-lhe que identificasse no fundo os assuntos e não mais do que isso, está bem? As recomendações, peço desculpa, são recomendações, os requerimentos são entregues, são recomendações.

Portanto segurança rodoviária, pinos na rua António Sérgio e corte da vegetação na Rua António Sérgio também, está bem?"

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

(Em virtude da má qualidade do áudio não é possível transcrever na íntegra a presente intervenção)

"Sra. Presidente, serei eu então a falar sem ordem de prioridade a que, creio que aqui não é importante e vou resumir, nem vou ler. Portanto sobre a averiguação da segurança rodoviária dos pinos colocados há cerca de duas semanas na Rua António Sérgio, em Pinhal Novo, em frente à lavagem automática de viatura. A bancada do Partido Socialista já tinha alertado, anteriormente, para a perigosidade da entrada e saída de carros nesta lavagem automática e entretanto fomos surpreendidos com colocação dos pinos e esta semana com o muro da própria lavagem automática partido, completamente abalroado e substituído por uma lona.

Ora bem, esta colocação dos pinos e separadores nas faixas de rodagens veio confirmar que tal insegurança na faixa rodoviária, como aqui disse a bancada socialista, existe na entrada e saída de veículos de e para a lavagem automática. Efetivamente quem desce o viaduto vindo da zona norte de Pinhal Novo confronta-se de surpresa com um conjunto de pinos que cortam a curva descendente, basta um pequeno descuido, ou um pouco de velocidade a mais ou ali na estrada um dia de chuva, para que esta situação assuma proporções graves como despistes e acidentes. Neste sentido, a nossa recomendação seria averiguar da segurança do trajeto em diferente condições climatéricas, travagens bruscas e velocidade entradas e saídas de veículos e ângulos de visibilidade.

Sugerimos também a colocação urgente de sinalização vertical de trânsito (...), que no fundo envolve também a Rua António Sérgio em Pinhal Novo, como sabeis existe uma paragem de transporte urbano coletivo nesta rua e acontece que a densidade da vegetação que, de uma propriedade privada neste momento é de tal maneira já consistente e neste caso é baixa, que onde apenas conseguimos circular quem tenha cerca de setenta centímetros de altura. Ora bem, a paragem inclusivamente do autocarro, do circuito urbano está completamente tapada pela vegetação, leva a que as pessoas se desloquem uns metros para o lado ou em alternativa aguardem o autocarro na via pública. A vegetação que falamos é sobretudo proveniente desta propriedade privada e trata-se do nosso entendimento incumprimento legal para além do desrespeito questões de cidadania ambientais mormente porque, priva o pleno acesso à via pública e aos passeios quando os simples utilizadores e os peões a transgredir as elementares regras de segurança.

Nesse sentido a Coligação Palmela Mais recomenda à Câmara Municipal de Palmela a notificação ao proprietário do terreno para que proceda à desmatação do mesmo, uma vez que esta impede a utilização do passeio público pelos munícipes, pelo menos em condições ditas normais, o corte da vegetação que neste momento obstrui completamente a visibilidade do símbolo vertical indicador de passadeira na mesma rua após o local de passagem do autocarro, da paragem do autocarro, igual recomendação (...) da vegetação que dá acesso ao caminho pedestre, usado por inúmeros jovens e familiares no projeto para o agrupamento de escolas José Maria dos Santos. A sensibilização de proprietário em causa e dos funcionários da autarquia para a necessidade de agirem pro ativamente a fim de ser evitadas futuras e análogas situações e o reforço de ações de sensibilização ao nível ambiental e de limpeza de tratamento de lixos e monos pois a situação ora apresentada é comum nas freguesias do nosso concelho Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo e União de Freguesias Poceirão e Marateca. Não está nesta recomendação mas gostaria de dizer que no ano passado, portanto o anterior ano, freguesia de Pinhal Novo procedeu efetivamente há limpeza deste espaço, possivelmente este ano não houve possibilidade de o fazer mas fica aqui essa indicação porque no ano transato esse trabalho foi feito pelos funcionário da nossa Junta de Freguesia, neste caso falo por mim que vivo na própria rua em causa, muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada também, Sras. e Srs. Membros da Assembleia. Nós vamos continuar mas, antes de passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, queria apenas para terminar este período fazer uma referência a um assunto que eu penso que as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia partilham, gostava de dirigir uma Saudação ... peço desculpa, sim pode intervir, diga, diga, depois o Sr. Presidente intervém no período do ponto."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sendo muito sintético, e saltando excecionalmente novamente o formulário, apenas para referir que não obstante a situação de falência dos proprietários do caso da Urbanização de Vale Flores e não obstante a existência de situações que consideramos mais prioritárias, nomeadamente a necessidade de repavimentação de algumas ruas onde existem habitações e moradores e onde há riscos maiores no que toca à mobilidade e à saúde pública e damos como exemplo o que se passa na rua do Brasil, que é na Urbanização dos Mochos, que junto ao contentor do lixo e é uma via que é utilizada e que ainda será mais por crianças que pretendem deslocar-se ou para o Mcdonald's ou para a escola secundária e que a pavimentação está realmente muito perigosa e que pode haver ali alguma situação mais complicada.

Na Rua Infante D. Henrique, na parte final junto à Cooperativa também a pavimentação, cremos que merecia uma segunda visão e também o que toca à Av. Alexandre Herculano, junto ao campo Santo Jorge, em que é quase impossível transitar devido à existência de raízes que fizeram com que a calçada levanta-se e ao nível da mobilidade é uma situação muito complicada, neste sentido a bancada e também a nível Urbano, isto a nível urbano e a nível dos aceiros também consideramos que são prioritário e neste âmbito deixem-me dizer que a bancada do Partido Socialista defende uma intervenção urgente nos aceiros muito antes de dois mil e dezassete."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Estamos já muito longe da Recomendação que foi iniciada".

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Voltando à Recomendação, quanto à questão da iluminação que está aqui também implícita nesta…."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, peço desculpa, vou interromper, não, não, tenham paciência, tenham lá paciência, vamos lá ver se a gente se entende, eu percebo a tática utilizada, mas nós vamos ter que rever este procedimento. Para já vamos identificar muito bem o que são moções daqui para a frente, vamos identificar, Oh! Sr. Presidente não se importa?, o que são Recomendações e depois vamos distinguir aquilo que são Recomendações, naturalmente, políticas à Câmara Municipal, daquilo que são assuntos que os Srs. Membros da Assembleia também têm todo o espaço para tratar até, até quer dizer, como dirigindo diretamente à Câmara Municipal, aos serviços da Câmara, porque há coisas que trazem aqui enquanto cidadãos e isso podemos e devemos fazer cada um de nós diretamente junto dos serviços da Câmara. Quer dizer nós não vamos transformar a Assembleia Municipal, não é?, nas diversas questões da mais variada dimensão que os Srs. Membros da Assembleia querem colocar sobre a forma que vos dá mais jeito, portanto vamos tentar organizar um bocadinho sobre isto.

Estávamos em discussão, estava em cima da mesa uma recomendação que eu já permiti que fosse excecionalmente tratada aqui alto porque enfim, aceitei a confusão até ao momento entre Recomendações e Moções, mas daqui para a frente vamos identificar muito bem o que é isso. Portanto está fechado o assunto da recomendação, se houver questões a seguir há um período de intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade e nesse âmbito se os Srs. tiverem questões a colocar colocam, está bem? Mais alguma questão?

Vamos terminar este ponto, eu gostava de fazer uma Saudação, de propor aqui uma Saudação a um tema que nenhum dos Srs. Membros da Assembleia propôs mas eu creio que partilham e que tem que ver com a recente edição da Festa das Vindimas, que teve lugar no nosso concelho.

Como sabemos é um acontecimento relevante e importante para a afirmação do concelho de Palmela naquilo que tem de atividade económica muito importante e é igualmente uma festa de caráter muito profundamente tradicional e que muito envolve as nossas comunidades locai. Portanto a Saudação à Festa, é uma Saudação também à Associação das Festas, pelas condições difíceis em que organizam a Festa das Vindimas naturalmente deixando-nos a todos a necessidade de pensar, e de refletir, apelando a todos os intervenientes da Festa das Vindimas para que ela seja também repensada como momento que se quer mais de encontro, mais pacífico e menos de excesso. De qualquer maneira penso que todos aqueles que se envolvem na sua organização trabalham duramente durante muitos meses, merecem a nossa saudação e o nosso reconhecimento em nome, no fundo, em nome de todos, em nome da comunidade que significa o concelho de Palmela nesta Assembleia aqui representada.

Srs. Membros da Assembleia vamos passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos e eu dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. São quase onze horas e eu vou pedir ao Sr. Presidente um esforço para ser breve."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se da informação que de acordo com a lei é obrigatória e útil transmitir aos Srs. Membros da Assembleia sobre a Atividade Municipal no período que medeia um de junho a trinta e um de agosto e das cinquenta e sete páginas de conteúdo eu tentei resumir em duas.

No período a que se reporta o presente relatório permitam-me que destaque o conjunto das obras concluídas no domínio da Rede Viária entre empreitadas de grande dimensão e obras por administração direta que vêm reforçar a circulação em segurança nas nossas estradas e caminhos.

Dos investimentos realizados nesse espaço de tempo nesta área, evidenciam-se a conclusão da beneficiação da estrada que liga o Caminho Municipal mil e vinte e nove e a circular Norte Autoeuropa e a execução de um novo caminho paralelo à linha da CP em Fernando Pó. Mais de uma centena de intervenções de média e pequena dimensão nas cinco freguesias do concelho vieram também contribuir para qualificar o espaço publico e melhorar a circulação pedonal e rodoviária preparando o nosso território para a época das chuvas.

O período do Verão foi também aproveitado para a realização de um conjunto de obras de beneficiação e melhoramento do parque escolar conferindo mais conforto e segurança às crianças, professores e auxiliares de Ação Educativa no presente ano letivo, foram feitas intervenções imprescindíveis de substituição do sistema de proteção de incêndios e substituição dos filtros de aparelhos de ar condicionado e múltiplas obras de negociação e melhoramento em mais de uma dezena de escolas, no total tratou- se de um investimento de cem mil euros, a acrescentar às intervenções delegadas nas juntas de freguesia para o efeito contaram este ano com transferências do município superiores a trezentos mil euros.

A reabilitação do Centro Histórico da Vila de Palmela conheceu neste espaço de tempo uma considerável dinâmica destacando-se a concretização do projeto "Duas demãos por Palmela" que numa ação de voluntariado e mecenato que terá em breve novas etapas e protagonistas permitiu a limpeza e pintura de vários espaços designadamente, Largo da Boa Vista, muros da Rua Hermenegildo Capelo e Afonso de Albuquerque, Largo Marquês de Pombal, Largo D. João I, Largo D. Afonso Henriques, Fontanário do Largo de S. João e fachada da Sede dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do município, o projeto contou com vários parceiros e envolveu mais de três dezenas de voluntários.

No espaço de intervenção do Centro histórico regista-se ainda o início da empreitada de pintura exterior e beneficiação de portas e janelas do edifício dos espaços do Concelho, conferindo mais dignidade e beleza ao mesmo.

No espaço púbico merecem destaque para além das empreitadas de construção da ciclo via envolvente poente ao Pinhal Novo o Projeto de remodelação do espaço de jogo e recreio do Jardim de Aires e no âmbito do Protocolo entre a Câmara Municipal e a Parque Escolar, um acompanhamento dos trabalhos junto à nova entrada da Escola Secundária em Pinhal Novo.

De recordar ainda a Inauguração da primeira horta comunitária em Pinhal Novo, cujo bons resultados se podem já observar e colher, no plano cultural este é um período privilegiado, tem iniciativas ao ar livre, muitas das quais dinamizadas pelo movimento associativo com o apoio do município no âmbito do calendário das festividades populares que reúnem milhares de pessoas. Entre dezenas de iniciativas nas cinco freguesias do concelho destacam-se as tradicionais festas de São Pedro da Marateca, São Gonçalo, Cabanas, Nossa Senhora da Escudeira, a par de outras que fazem já parte do calendário local e regional, Festas Populares de Pinhal Novo, as noites de Verão ou a White Party. De salientar ainda o êxito da estreia da criação da Dançarte com o espetáculo no centro da vila e a consolidação de contrafação tenda da Salgueirinha como espaço de produção e programação musical acolhendo ensaios da orquestra dos Gaiteiros, Bordoada, mas também espetáculos no âmbito do projeto arte em rede e concertos reuniram duas centenas e meias de espetadores este últimos.

No domínio do trabalho com a juventude do Pinhal Novo sublinha-se a conclusão da adaptação da cave do Mercado Municipal de Pinhal Novo para sala de ensaios o que irá disponibilizar um espaço qualificado a jovens criadores do concelho para o desenvolvimento dos seus projetos musicais.

Três dezenas de Jovens participaram este verão nas atividades das férias escolares desenvolvidas nos CRJ's, que integraram várias atividades. O Município apoiou ainda os programas em férias no Museu, férias vivas em Pinhal Novo, Poceirão, Marateca Júnior e férias desportivas. Da atividade desportiva que movimenta milhares de pessoas de todas as idades do nosso concelho destaca-se a realização de uma iniciativa no âmbito Mexa-se em Palmela que integrou as comemorações do Dia Mundial da Criança, Família Ativa, Criança Saudável, reuniu em Palmela oito centenas de crianças e respetivas famílias em cerca de três dezenas de atividades destacando também o trabalho que as juntas fizeram que no seu todo reuniram milhares de crianças por todo o concelho.

No âmbito da promoção e animação turística a iniciativa Palmela Experiências com sabores desenvolveu diversas atividades de promoção de pratos e produtos regionais com uma boa adesão de restaurantes do concelho e visitantes.

A promoção da economia local contou também em diversas ações com o apoio e organização do município entre as quais se destaca a feira comercial e agrícola de Poceirão e o Palmela Wine Jazz.

Sucintamente Sra. Presidente, é esta a apresentação do extenso relatório que aqui tem com todos os pormenores."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia quem deseja intervir?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, penitencio-me por não ter feito aqui a alusão a duas ou três gralhas que estão no documento e uma corrigenda na página cinquenta e sete, onde falamos da feira do Poceirão, permaneceu o texto ainda Queijo Pão e Vinho, do documento da Assembleia anterior, portanto há aí um pedido de desculpas ao Sr. Presidente da Junta do Poceirão, mas estas coisas acontecem é o copy cola dos computadores. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ora bem, pedidos de intervenção para este ponto?

Tem a palavra pela Bancada do Partido Socialista José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Muito rapidamente para dizer ao Sr. Presidente que a minha expetativa que, aqui na atividade da Câmara, viesse algum assunto relacionado com as demarcações da sinalização horizontal do Concelho. Eu recordo que no dia vinte e seis de Junho, numa Assembleia eu coloquei a necessidade de haver intervenção nessa matéria, ao que o Sr. Presidente me respondeu e passo a cita-lo: *"que antes das Festas das Vindimas haveria remarcações na sinalização horizontal"*. É verdade Sr. Presidente não disse se era as Festas das Vindimas de dois mil e catorze, dois mil e quinze, ou dois mil e dezasseis. Mas eu supus ingenuamente que seria deste ano, de qualquer das formas também poderá dizer, mas nós tivemos um verão de inverno, mas espero sinceramente, falando seriamente, que há uma necessidade de algumas passadeiras e lombas serem remarcadas, porque a visibilidade quando é má associada a uma má iluminação pode colocar em risco vidas humanas e o Sr. Presidente será com certeza o ultimo a desejar uma coisa desse género, e recordo por exemplo á frente de escolas e recordo a Escola José Maria dos Santos, aquilo ali há noite quando está a chover essencialmente as passadeiras são perigosas a lomba ainda, pode estar iluminado, mas as passadeiras vêem-se muito mal e quando está a chover não se vê o necessário.

Além disso já alguns anitos que há, pronto espero que me responda sinceramente quando é que pensa fazer alguma remarcação, nem que seja meia dúzia delas já fico satisfeito. Há também uma outra questão, muito rapidamente e que tem a ver com aquilo que é a necessária Atividade da Câmara, embora não tenha que vir aí explicito, que é a questão dos passes sociais escolares dos TST, que também já coloquei essa questão em junho, em junho terminaram os transportes escolares no dia treze e as famílias e a Câmara pagou os passes na totalidade e também não tinha acontecido em alturas anteriores por exemplo na páscoa não foi assim e agora esperava, o Sr. Presidente disse que ia ver isso no dia vinte e seis de junho, esperava que agora em setembro não se voltasse a repetir, pois aconteceu exatamente o mesmo. Em junho os pais deixaram de ter autocarros para os filhos irem aos exames, para irem às aulas de preparação e agora em setembro a Câmara teve que pagar os passes na totalidade e as famílias tiveram que pagar os passes na totalidade e eu recordo que há passes que a zona oito e nove, são quase cem euros, é assim paga metade a Câmara e paga metade as famílias.

Portanto o Sr. Presidente pode-me dizer assim, bom mas aqui é assim a TST é uma empresa privada, é a questão das privatizações e não cede. Bem então tem que denunciar perante a população que os TST não são uma empresa de bem, são uma empresa desonesta que quer cobrar um serviço que não presta, se presta metade do mês, não pode cobrar o serviço do mês, porque está a roubar o dinheiro do erário público e está a roubar o dinheiro das famílias especialmente dos alunos do décimo, só secundário. Eu gostava de ouvir o Sr. Presidente alguma coisa sobre esta matéria. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais questões? Tem a palavra agora o PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu tinha aqui várias questões mas depois colocarei por escrito para acelerarmos aqui um bocadinho. Eu só queria aqui, como estão a falar dos TST, tem havido como diz aqui no relatório acompanhamento dos trabalhos de reparação substituição de abrigos de passageiro e gostava de saber qual é a previsão para terminar estes trabalhos que o Sr. Presidente já tem algum plano de intervenção nesse sentido uma vez como começaram as chuvas muito cedo e que para além disso, depois nas respetivas juntas os eleitos apresentarão algumas sugestões de melhoramento nesse sentido.

Relativamente ao procedimento do concurso público para espaços verdes foi concluído, nós iremos pedir informação depois sobre isso. Relativamente às acessibilidades já falamos aqui e foi apresentada uma moção, só gostava de fazer aqui uma pequena pergunta nos contratos de emprego qual é a perspetiva da

Câmara para a inserção de mais deficientes de acordo com a legislação em vigor nos serviços ou através de estágios caso seja possível e para já há aqui alguns pontos de iluminação mas eu depois falarei também com o Sr. Vereador, não vou aqui agora maçar mais."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, não vejo outras intervenções portanto voltamos ao Partido Socialista por favor, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Uma outra corrigenda Sr. Presidente da Câmara as Festas das Vindimas já foram em setembro, portanto não podem estar neste relatório cujo seu final é a trinta e um de agosto portanto na página sete do mesmo terá que tirar daí essa indicação se faz favor.

Vi na página sessenta e um e também na página sete que existiu uma reunião do executivo com trabalhadores do município, em que foi passado inclusivamente um inquérito sobre algumas condições de trabalho, sugestões, propostas para o plano de atividades e investimento do território percebi da sua intervenção inicial que está também é uma forma de orçamento participativo mas esta não é uma modalidade nova, ou seja há periodicamente digamos se calhar uma vez por mandato tem existido o contato com os trabalhadores e o pedido de inquérito e de resposta em relação á satisfação dos mesmos.

A Vereadora Adilia foi aqui questionada mais do que uma vez nas reuniões de câmara sobre exatamente os resultados desse trabalho, ou seja se há um inquérito que é passado aos trabalhadores parece-me que é coerente que os Vereadores e a Assembleia Municipal possam ter conhecimento daquilo que foi o resultado do apuramento das suas necessidades, das suas sugestões, dos seus locais de trabalho etc.,etc.,etc., e portanto isso nunca foi feito, isso nunca foi feito e gostava que enfim pudesse ser feito porque me dá ideia que alguma transparência poderia existir a este nível.

Em relação á execução orçamental que me detive um pouco embora não vá tomar muito tempo, há aqui uma receita prevista de IMI de dez ponto três milhões de euros, nós sempre dissemos que este era um valor desinflacionado a trinta e um de agosto a Câmara já arrecadou oito virgula três milhões de euros e portanto os munícipes ainda têm que pagar a prestação de setembro e a prestação de novembro para aqueles que pagam duas vezes e para aquele que pagam três vezes e portanto dá-me ideia que há aqui claramente como sempre foi dito um grande desinflacionamento da questão da receita do IMI que todos pagamos, inclusivamente o um por cento para a junta de freguesia já está retirado daqui e os cinco por cento para o governo também já está retirado daqui, portanto há aqui uma décalage grande que não percebo porque é que não se corrige orçamentalmente já ou porque é que isso não aconteceu já nomeadamente nesta revisão que daqui pouco votaremos.

O IMT que o Sr. Presidente tem cuidado em dizer na proposta de orçamento, da Revisão Orçamental que é a receita que cresce mais dos impostos diretos, percentualmente sim mas o IMT cresce um milhão em relação ao orçamentado e o IMI cresce um ponto três milhões, portanto há aqui algum jogo de cintura que está aqui a ser feito em relação ao IMI e penso que alguma teimosia da sua parte, no sentido de não colocar a receita efetiva do IMI prevista á data.

Última nota só para perguntar página dez, há três ações interpostas neste período entre um de junho e trinta e um de agosto contra o município, enfim já são uma séria delas que geralmente não dão em nada, também é verdade, mas eu gostava de ter alguma noção do que é que enfim estas três reportam-se a quê? São coisas de monta ou são intervenções que algum funcionário fez ou que a Câmara fez e que o munícipe entendeu que não devia ter feito naquele espaço porque era dele etc., etc., se poder ver essa informação agora tudo bem se não puder depois dir-me-ão com certeza, Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra por favor, ainda pelo Partido Socialista, Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Fazendo apenas o reparo quanto à questão do viaduto da Rua António Sérgio que liga os dois lados da Vila do Pinhal Novo, e também da lavagem automática, é também uma questão que nós acompanhamos com preocupação e gostaríamos aqui de sugerir ponderação da colocação de lombas redutoras de velocidade antes e depois da curva, o que na nossa opinião permitiria certamente a redução da velocidade dos condutores e uma maior e mais eficaz prevenção rodoviária, que é uma questão que queremos que com a colocação dos pinos não fica totalmente resolvida.

Seguimos também com especial atenção a necessidade da limpeza do pavimento e das sargetas na mesma área, como forma de evitar a acumulação excessiva de água nesta zona que é também uma questão de prevenção rodoviária e que entendemos que deve de ser objeto de preocupação por parte do município. É só, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais questões por favor? Bem então se não há mais questões, eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

(Em virtude da má qualidade do áudio não é possível transcrever na íntegra a presente intervenção)

"Muito obrigado Sra. Presidente, pelo uso da palavra. Sr. José Manuel Silvério se consultar a página cinquenta e três percebe quais foram as empreitadas que tivemos a concluir, algumas a um e a dois, de dois mil e treze, por isso lhe disse que foram feitas ainda algumas pinturas antes das festas das vindimas, entretanto a empreitada de sinalização horizontal mais global não é para pintar meia dúzia nos sítios que o Sr. possivelmente se estivesse neste lugar faria, mas é para percorrer todo o concelho naturalmente dando sempre prioridade como temos dito às passadeiras, às lombas, junto a equipamentos coletivos, escolas, etc., etc., vai começar em Vila Amélia curiosamente não tem lá escolas, mas porque há uma necessidade premente de melhorar a sinalização num dos eixos de acesso a um conjunto de empresas e terá início durante a próxima semana, esta de dois mil e catorze. Só não teve início antes devido às condições atmosféricas porque a empreitada como pode confirmar na página cinquenta e três havia sido adjudicado, tem um prazo de consignação e portanto teremos esse trabalho em curso a partir da próxima semana se as condições climatéricas o permitirem.

Depois relativamente aos TST, nós já oficiamos por escrito os TST, temos estado a aguardar a resposta, naturalmente pretendemos levar até às últimas consequências aquilo que pensamos se trata de uma injustiça. Quando tiver resposta, partilhá-la-ei com o Sr. Membro da Assembleia e, naturalmente, com os encarregados de educação e os pais dos nossos alunos.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, os abrigos de passageiros infelizmente são mobiliário urbano muito vandalizado, nós a empreitadas ou melhor as intervenções que aqui estão referidas dizem respeito a três novos, três que tiveram que ser feitos de novo, um deles ainda há-de ser montado, não está já montado foi recuperada há-de ser montada junto à nova entrada da secundária, trata-se da deslocalização de um ponto para outro, mas ele onde estava completamente sem qualquer cobertura e paredes e foram recuperados outros com a recolocação de painéis e um deles o telhado.

Temos mais dois ou três casos em que aguardamos as indeminizações por parte das seguradoras, porque resultam de acidentes de viação para procedermos a respetiva reparação e depois temos um levantamento sistematizado de todos os abrigos fotografados com aquilo que faz falta, etc., etc., que infelizmente passado um mês está desatualizado e vamos fazendo as intervenções à medida da nossa disponibilidade financeira porque temos infelizmente uma Rede Viária felizmente extensa mas temos três estradas nacionais que nos atravessam, temos aí uns coladores de cartazes das touradas que nós andamos a jogar ao gato e ao rato com eles, com a fiscalização e de fato enfim, depois á quem dê assim uns pontapés nos painéis etc., etc., e portanto vamos à medida daqueles que são mais utilizados e que vão sendo sinalizados por reclamações dos

nossos munícipes, temos estado a dar prioridade a essas chamadas de atenção, mas para já foram oito neste período e vamos continuar de acordo com a disponibilidade orçamental.

Concursos públicos para espaços verdes, naturalmente está a decorrer o concurso é público pode consultá-lo nas plataformas eletrónicas e pode também enquanto membro da Assembleia se alguma vez quiser ver um processo, nós mostramos-lhes as caixas do concurso. Seis programas de inserção de deficientes, a autarquia cumpre a lei, portanto se num concurso como sabe aprovamos a abertura dezasseis vagas, dezasseis postos de assistente operacional, depois temos sido obrigados pelo governo, a coligação que a Sra. aqui representa, durante três anos a reduzir dezanove pessoas por ano, não é? Esses dezasseis hão-de entrar à medida que saírem os tais dezanove este ano, espero que para o ano já não tenhamos que cumprir essa norma do vosso Orçamento Geral do Estado e nesses dezasseis se houver concorrentes portadores de deficiência cumprimos a Lei, cinquenta por cento como é óbvio e têm prioridade nessa matéria.

Relativamente à integração de estágios etc., sabe que a integração de estágios implica que haja um tutor e que haja realmente quem faça os estágios, nós vamos protocolando isso com algumas instituições no passado já houve aqui pessoas da Rumos, já houve pessoas, sim e pode ver na página treze informação sobre isto, mas já ouve pessoas com diversas deficiências que estiveram a estagiar profissionalmente na Câmara e alguns até ficaram como nossos trabalhadores, nomeadamente na área dos jardins.

Portanto temos essa política mas naturalmente só podemos aceitar estagiários quando temos alguém que se ocupe das pessoas, não é? Porque se não as pessoas deixam de trabalhar para tomar conta de outras e dar formação a outras, portanto temos esse espirito, essa missão mas procuramos também contratualizar aquilo que efetivamente serve os interesses, quer dessas instituições, quer da pessoa com deficiência, quer do município.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, reunião com trabalhadores, os resultados existem, estão tratados e vão ser apresentados aos trabalhadores em primeira mão, no dia dez de outubro numa sessão de orçamento participativo para trabalhadores se o Sr. Membro da Assembleia quiser o relatório faça favor de solicitá-lo verbalmente ou por escrito e eu farei chegar uma cópia.

Execução Orçamental, o senhor pode naturalmente fazer as interpretações que quiser sobre os números, os números são efetivamente esses, mas se calhar o senhor já devia, tinha obrigação de saber isto porque foi Vereador durante anos e deve conhecer as regras do Pocal e como é que isto se faz. É que só é possível aumentar a receita global do Orçamento em três situações: em cooperação de saldo, empréstimo quando se recupera o valor global da receita, em duas situações, ora isso não aconteceu, isso não aconteceu, não supera o valor global da receita porque há outras receitas que estão abaixo percebeu? E, portanto, nós relativamente a esta matéria, o que lhe quero dizer é que aquilo que efetivamente é extraordinário no nosso ponto de vista é o IMT, que está a duplicar em relação aos outros anos.

Do IMI a nossa expetativa realmente é que ultrapassássemos os dez ponto três, ah mas isso é outra coisa, isso daqui a uns anos estaremos todos aqui chorar pelo o IMT, a não ser, a não ser, que o governo do Partido Socialista com outra esquerda ou não, possa inverter a tendência do Governo do Partido Social Democrata que é acabar com esse imposto, fica já o pedido está bem? Fica já o pedido, não acabem com esse imposto, exatamente é que nós vamos baixar o IMI mas para baixar o IMI precisamos de ter uma receita de IMT considerável, porque foi sempre a lógica daquilo que foi apresentado aos Srs. falando verdade.

As opções do município em matéria fiscal têm que ver com este conjunto do equilíbrio dos impostos indiretos, também eu faço votos para que a economia do nosso concelho cresce substancialmente de forma a podermos atingir outros valores de Derrama e se o senhor viu por acaso a arrecadação da Derrama, também está a crescer tenho pena é que não vá aos valores de dois mil e cinco, mas nessa altura faremos com inclusão do saldo muito mais obras e aceiros muito mais cedo.

Agora vamos deixar o ano acabar, fazer as contas certinhas porque o senhor tem tido oportunidade de ver que este ano as coisas estão certinhas, vamos ver se não temos para aí nenhum problema, olhe desde logo algo que temos aqui que partilhar e recordar, que é o fundo de apoio municipal, é que nós para o ano até parece que temos aqui algum desaforro financeiro, vamos ser obrigados a participar num fundo de apoio municipal para autarquias endividadas durante sete anos, são cerca de trezentos mil euros por ano e curiosamente o Partido Socialista votou nesta opção dos cinquenta, cinquenta, no fundo de apoio municipal,

quando a generalidade dos municípios até socialistas achavam que o que era justo é que quem vai ao fundo de apoio municipal seja financiado com dinheiros do estado central com dinheiros que foram para a banca e não à custa dos municípios que estão agora a equilibrar a suas contas para poderem honrar os seus compromissos.

Ações interpostas para o município, temos várias eu não lhe consigo dizer agora aqui de ideia se é, não lhe posso agora aqui dizer, se é do (…).Muito obrigado Sra. Presidente.

Ah! Bruno Grazina, viaduto, caro Membro da Assembleia Bruno Grazina, todos nós temos direito à opinião em matérias de trânsito, técnicos, somos todos engenheiros, todos grandes condutores, o que lhe garanto é que a solução que ali está implementada é tecnicamente correta, tenho até no meu telemóvel fotografias que lhe posso mostrar situações noutros pontos do país. Aquilo que ali está destina-se a dissuadir os condutores porque é como você circular numa zona trinta ou numa zona em que estreita a via, é para os condutores abrandarem, está lá um sinal de cinquenta e está lá um sinal de curva antes de chegar no local está devidamente sinalizada, é completamente errado, seria uma aberração meter uma lomba num viaduto a descer para sua informação, portanto há normas, não desculpe, há normas para a colocação de lombas que estão publicadas na Direção Geral de Viação que eu aconselho a consultar e portanto vai perceber também na Direção Geral de Viação que aquele tipo de pinos plásticos, que há quem utilize também o tipo de cone de palheta destinam-se precisamente a fazer os condutores a abrandarem a velocidade.

Quanto aos despistes que lá possam haver e o muro, enfim há despistes quase todos os dias noutras zonas do Pinhal Novo e noutras zonas do concelho infelizmente, infelizmente, mas devo dizer-lhe que a esmagadora maioria, pelo menos não temos processos dessa natureza não dizem respeito inconformidades provocadas na sinalização ou pelo município e portanto aquilo que lá está, está correto a solução das lombas é incorreta, não vou aceitar a recomendação. Quanto às sargetas aceitamos é um trabalho que fazemos recentemente houve chuvas houve arrastamento de areias umas se já não estavam limpas ficaram cheias de areias, fazemos esse trabalho todos os dias, não conseguimos é limpar cerca de oito mil, como deve calcular vamos fazendo, mas aceito a sua sugestão e a sua chamada de atenção. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, temos um pedido do Partido Socialista ainda sobre este ponto, Raul Cristóvão tem a palavra por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, é rápido, pelo menos pretendo ser rápido, mas é essencialmente duas questões porque as outras entretanto ou já passaram por outros pontos ou já foram respondidas e perderam a sua oportunidade, mas um deles é com a situação das obras do mercado em Palmela.

Efetivamente tivemos informações várias e algum descontentamento sobre como o processo tinha sido, ou tem sido gerido, por parte da autarquia e também para dizer que esse descontentamento tem sido pela falta de informação, não porque as obras não façam falta e as pessoas não sintam falta das obras, mas porque a informação não chegou atempadamente, não chegou por quem de direito e, sobretudo, também nós não percebemos porque havendo as obras para fazer elas não foram, não foi utilizado um período onde efetivamente há menos publico a ir ao mercado que é o período das férias. Efetivamente aquelas duas, três semanas de agosto, e falando com os comerciantes tive essa sensação, eu pelo menos é essa informação que tenho deles é uma época que há menos pessoas no mercado e portanto que se poderia ter feito, alguns deles até tiram férias, as obras com menos prejuízos. Depois porque foram apanhados desprevenidos com as obras a começarem no dia vinte e nove de setembro.

Entretanto soubemos que houve uma reunião já com o Sr. Vereador Luis Calha e que houve uma tentativa de tentar resolver os problemas. A verdade é que toda a programação da obra está feita e parece que as pessoas, comerciantes, os vendedores do mercado serão prejudicadas durante dois ou três dias ou quatro no máximo pelas obras.

Todo este problema poderia ter sido evitado se a programação tivesse sido feita de outra forma, se a informação tivesse sido feita às pessoas atempadamente e todo este descontentamento teria sido evitado. Depois dizer também que aquele mercado é muito utilizado por pessoas idosas e pessoas do Centro Histórico de Palmela, efetivamente pessoas que sem o mercado, sem os seus vendedores habituais, sem o seu recurso aos vendedores habituais e às bancadas onde estão habituadas a ir ficam com alguma dificuldade em se deslocar a outras áreas comerciais.

Agora eu penso que não vale a pena, porque são dois ou três dias e não vale a pena, mas se efetivamente se todo o processo tem sido pensado eu acho que teria tido menos impactos negativos na opinião pública, menos impactos negativos nos vendedores do mercado e todos teríamos a ganhar. Também para dizer que o que nos preocupa não é denegrir antes pelo contrário é ajudar, o que nos preocupa é o concelho e as populações e o berço nunca deu vantagem a ninguém, o que dá vantagem às pessoas é o conhecimento e o amor que têm pelas terras e portanto dizer isto para dizer que acho que todos nós estamos empenhados em dar o melhor para que as pessoas tenham o melhor. Quando criticamos, criticamos pela positiva para ajudar e não para destruir, porque se quiséssemos destruir não estaríamos a fazer as intervenções que fazemos.

Por outro lado, ainda neste ponto e até porque há pouco a Sra. Presidente saudou a Festa das Vindimas eu tinha aqui também esse ponto, mas gostaria, eu acho que é tempo de as festas serem pensadas e haver uma reflecção séria, não pelos órgãos políticos mas também e porque não mas com as associações, com as populações. Efetivamente estão a passar-se situações de ano para ano nas festas que podem de alguma forma toldar a imagem das festas e o seu (…). E preocupa-nos a nós como cidadãos, como também educadores e como pais algumas coisas que vamos vendo e eu não gosto de ver nas festas sinceramente e venho às festas desde os meus doze anos, nunca gostei e nunca vi como nos últimos tempos a polícia de intervenção e outras coisas por vezes escondidas à espera que o acontecimento aconteça.

As festas não são isso, o vinho e a vinha e os vitivinicultores, não é isso, a festa merece mais e portanto acho que temos que repensar este modelo e qual é a forma de a gente ajudar que isto passe, a festa é festa é divertimento é alegria isto também tem que ser outra coisa, tem que ser responsabilidade e tem que ser outra coisa e portanto eu acho que é tempo de se calhar, de se ir pensando nestas coisas e estas coisas não vale apena a gente fazer como a avestruz meter a cabeça na areia elas existem, os problemas existem é preciso pensar neles até porque se pensarmos todos que os jovens, Conselho Municipal de Juventude, com as Associações, com os Vitivinicultores, com toda a gente podemos se calhar ajudarmos todos a reforçar a imagem das festas e ela avançar a imagem do Concelho e de Palmela e dos seus produtos no país e internacionalmente e portanto era isso que na bancada do Partido Socialista queria aqui deixar também e depois fazer aqui uma ultima questão, tem havido algumas queixas de alguns encarregados de educação sobre a entrada na escola de Pinhal Novo, acho que o processo de obra, da responsabilidade da autarquia, ainda não está concluído, a entrada da escola secundária do Pinhal Novo, a zona de entrada, disse eu que penso que era a obra era da responsabilidade da autarquia, se estou enganado diga-me, fazem vistorias mas a obra não está feita e a escola já está a funcionar e queria saber se a Câmara está ou não preocupada com isto? Deve de estar e que modo é que pode obrigar o empreiteiro a fazê-lo.

O Sr. Presidente tem sempre um problema com as perguntas, que é abanar muito com a cabeça não, não, mas o Sr. Presidente tem que se habituar se calhar já teve até na Assembleia da República já se podia ter habituado que nestes lugares nós não estamos para dizer que sim, sim, estamos para perguntar aquilo que nos preocupa e somos porta voz muitas vezes daquilo que nos dizem para perguntar, porque efetivamente estamos a representar as populações, está bem Sr. Presidente? e portanto o facto de nós sermos oposição…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Temos é de ter uma oposição séria e construtiva."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"… o Sr. Presidente tem muito na sua boca a palavra sério, eu não preciso, nós não precisamos a bancada do Partido Socialista de lições de seriedade, já na última sessão o Sr. Presidente foi um bocado infeliz, se

calhar, com a palavra seriedade. Nós somos sérios quando fazemos oposição e o senhor é sério quando faz o seu trabalho, nunca lhe pus em causa, nem a bancada do Partido Socialista, põe em causa a sua seriedade. Portanto agradecia que também não pusesse em causa a nossa seriedade, ponha em causa os nossos pontos de vista, agora a seriedade não ponha, está bem? Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Pergunto ao Sr. Presidente se quer, quererá com certeza responder a algumas das questões."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, portanto dizer-lhe que relativamente à obra do mercado de Palmela eu espero que os Srs. percebam como é que se faz uma obra pública com caderno de encargos, com o código dos contratos públicos, com os prazos, com essas coisas todas e portanto a obra foi lançada em devido tempo porque não podemos fazer todas as obras do ano lançadas em janeiro e esteve a ser analisada a hipótese de poder ser realizada em agosto mas quando se diz que há comerciantes que lhes dava mais jeito em agosto também há outros que não dá jeito em agosto; uns vão de férias outros não vão e nós falamos com os comerciantes, e não falamos só nesta altura, nem vamos ao mercado só quando há situações destas e portanto deixe-me dizer-lhe eu vou lá com frequência de manhã quando vou para a Câmara. Deixe-me dizer-lhe que a obra foi lançada em devido tempo, que a obra tecnicamente e de acordo com o caderno de encargos, isto é uma questão técnica, não é questão politica, previa-se para ser tecnicamente realizada ir até um prazo de quarenta e cinco dias, depois de estar adjudicado até à consignação o senhor sabe que existe, pode levar mais quarenta e cinco dias mas a obra foi consignada no final de setembro e foi comunicado aos operadores do mercado que querem aquelas obras e que já as reclamavam há algum tempo, que as obras começariam assim que possível e que estávamos a tentar minimizar os impactos que a obra tem.

Agora num mercado que tem de obedecer a um conjunto de regras higino-sanitárias, eu não sei como é que se faz obras sem interromper a laboração, mas de facto digo-lhe que há muito boa vontade da Câmara e da própria empresa para termos conseguido chegar ao resultado a que chegámos. E a que resultado é que chegamos? A obra vai ter apenas um prazo de execução de vinte e um dias, foi bem planeado e bem programada para levar eventualmente à interrupção da venda entre três a cinco dias, dependendo das condições atmosféricas, porque não se pode colocar um chão com as pessoas lá dentro. Já assisti a outras obras em mercados, nós tivemos, infelizmente, até pessoas durante anos numa tenda até termos um mercado novo e portanto as pessoas que vivem nos mercados também sabem que é preciso interromper a sua atividade para as obras serem realizadas em condições. Aquilo a que eu assisti nas últimas semanas não foi a tal tentativa séria de contribuir para a resolução dos problemas ou para defender os interesses dos operadores do mercado e da população, foi precisamente uma campanha de desinformação e de especulação acerca da situação. A reunião estava prevista, só foi antecipada um dia e na reunião que ocorreu hoje foi clarificado precisamente com os operadores depois de termos tido várias reuniões com o empreiteiro que conseguíamos minimizar isto ao máximo.

Portanto é uma saída excelente e que as pessoas ficaram agradadas e perceberam que todo o esforço da autarquia e que o empreiteiro vai fazer, atenção porque as empresas não querem ter ali pessoas a andar para trás e para a frente, querem fazer o trabalho de seguida, mas disponibilizou-se para fazer a obra de uma forma planeada por zonas, por pinturas de teto, pelas pinturas de parede, depois limpeza de caleiras depois isto, depois aquilo, tudo devidamente planeado e portanto nós estamos de consciência tranquila quer no que diz respeito à comunicação com os operadores do mercado quer no que diz respeito ao resultado conseguido com a negociação com a empresa e com os respetivos operadores.

Segunda questão, sobre a escola. Bom, eu só fico assim um bocadinho desagradado porque o senhor certamente que é uma pessoa atenta, e inteligente, sabe muito bem que o município teve um papel preponderante para a resolução das questões da Escola Secundária de Pinhal Novo.

Primeiro, e o senhor sabe disso, sabe o senhor e sabem os Vereadores da sua bancada, fizemos diligências junto do Ministério da Educação e com a Parque Escolar. Fruto da nossa insistência aquela solução da

abertura, que não estava contemplada na obra, foi feito um projeto de acordo com as nossas indicações, foi contratualizado e a obra é da Parque Escolar, não é da Câmara, a Câmara acompanha a obra porque a obra implica com o espaço público e eles vão fazer a lomba, a caixa de autocarros que já lá está desenhada, o novo acesso, enfim tudo de acordo com aquilo que foi contratualizado connosco e portanto nós acompanhamos a obra, mas a obra não é nossa, portanto não venha imputar à Câmara. É por isso é que eu estou incomodado, atrasos naquela obra. Porque também aquela obra, também aquela obra, que nós pressionamos semanalmente através do meu chefe de gabinete, com excelentes relações com a Parque Escolar, nos aturaram semanalmente insistências quando é que o concurso vai para a rua, quando foi aprovado, quando é que foi adjudicado etc., cumpriu também todos os prazos da contratação pública e tivemos a notícia que tinha sido adjudicada em vinte cinco de maio. Se somar a vinte cinco de maio quarenta e cinco dias para o início das obras e começou no início de setembro, dizíamos até que seria ainda no final de agosto mas foi no início de setembro, portanto a obra está a cumprir, está a cumprir os prazos. É evidente que aquela solução já devia estar resolvida há muito tempo, aliás devia estar resolvida logo quando a Parque Escolar aqui há uns anos se portou um bocadinho como a REFER, que era um estado dentro de outro estado, fez um projeto de uma escola sem contratualizar com a autarquia para que lado é que abria a escola, sem contratualizar com a autarquia o que é que precisa de água, quantos litros por segundo e onde é que quer o tubo, quer dizer agora é a autarquia que vai dar a volta ao Pinhal Novo para lhe meter lá a água, percebe? Isto é inadmissível e portanto o município em vez de fazer disso batalha politica contra este governo, ou contra aquele que foi responsável pela criação da parque escolar, não! Tem estado numa postura construtiva séria, porque temos de resolver o problema àquela população escolar. Com a nossa intervenção conseguimos; a nossa intervenção e da comunidade educativa diga-se, que seja uma das catorze escolas que vão ter a conclusão das obras. Como sabe ficaram muitas outras de fora e conseguimos que esta obra fosse feita, só por isso é que eu fico um bocadinho incomodado porque eu fiquei com a sensação que está a responsabilizar a Câmara pelo atraso da obra.

Pronto esqueci-me de alguma questão Sra. Presidente?"

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Não estava a responsabilizá-lo. Há bocado não fui claro, e depois voltei atrás no texto, porque o que está aqui claramente é um problema de segurança até para os jovens estudantes para entrar na escola e um problema de operacionar toda aquela entrada que nos parece ser a melhor solução, mas dar-lhe segurança e pô-la efetivamente ao serviço da comunidade. Portanto pedíamos à câmara, até porque há encarregados de educação que fizeram chegar essa preocupação, que junto da Parque Escolar fizesse pressão para que aquilo terminasse o mais depressa possível, de acordo com o que está em planta e portanto está previsto, e para que os jovens pudessem ter a segurança e a escola pudesse ter a entrada dignificada, mais nada é isso, mais nada."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, aduziria só que nós temos comunicação com a direção da escola, com a associação de pais e temos também naturalmente alguns de nós uma perfeita relação com a escola como reconhece e temos feito sentir essa questão, mas de facto não à margem, para pressionar a Parque Escolar, porque a obra está dentro do prazo e está a correr bem, se chegar, se começar a deslizar, ah! Isso a Parque Escolar vai ser pressionada por nós como vai ser pressionada por outros, portanto estamos a fazer o caminho o melhor possível. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia passamos ao ponto número dois, segunda revisão ao orçamento, pedia ao Sr. Presidente que sumariamente introduzisse a questão por favor."

PONTO DOIS – 2ª Revisão ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente muito obrigado. Esta segunda revisão ao orçamento tem dois objetivos principais. Como sabem estão a decorrer candidaturas em overbooking PORLisboa, temos de apresentar candidaturas até dia trinta para obras ou processos que estejam já em curso e que tenham algum grau de maturidade e que possam ainda vir a obter financiamento.

Entendemos que o Espaço Cidadão, que tem estado em construção, tem condições para vir a ter sucesso nesta candidatura assim como outra obra, projeto que já desenvolvemos e que está em fase de possibilidade de lançamento de concurso que tinha sido parado nos anos anteriores, que é a iluminação cenográfica do Castelo de Palmela. Esta revisão destina-se a incluir, por um lado a rubrica para esta segunda obra e reprogramar a obra do Espaço Cidadão, sendo que ambas, primeiro é preciso que tenham financiamento e êxito na candidatura e respetivo financiamento, teriam que estar, e espero que sim se tivermos sucesso, concluídas e pagas com toda a documentação da candidatura entregue até quinze de junho de dois mil e quinze.

Por outro lado, conforme tive a oportunidade de comunicar a esta Assembleia quando trouxemos como habitualmente no início do ano o empréstimo de dois milhões de curto prazo para necessidades eventuais de tesouraria, tínhamos referido que se o comportamento da receita, assim como a programação da despesa corresse conforme aquilo que estava planeado, poderíamos eventualmente não utilizar qualquer verba deste empréstimo. Aliás já o ano passado utilizamos uma parte muito reduzida e portanto chegamos à conclusão que não há necessidade de ter no orçamento dois milhões a mais que não vão ser necessários, por um lado para esses pagamentos de tesouraria e estão aqui, digamos, a desvirtuar o valor do orçamento, ou seja temos disponibilidade de tesouraria até final do ano não precisamos de utilizar este empréstimo. Melhor, não temos de pagar juros de qualquer verba que utilizemos, não temos que depois entregar esse capital.

Por outro lado, também precisamos de fazer um conjunto de ajustamentos, encargos de cobrança de receita, precisamente por causa dos desvios que já aqui foram referidos, mas em particular o de IMT que não estávamos à espera, nós temos de pagar mais, porque quanto mais recebermos mais temos de pagar às finanças os tais cinco por cento, os encargos de cobrança, como isso foi estimado um bocadinho por baixo no início do ano estamos agora a atualizar essa rubrica. O mesmo relativamente a outros juros de mora, nomeadamente os da Simarsul, que foram mal calculados no início do ano embora os pagamentos estejam a processar-se com toda a normalidade e de acordo com o contrato celebrado da dívida. Há o reforço da dotação da rubrica acidentes em serviço e doenças profissionais para pagamento à Caixa Geral de Aposentações de pensões vitalícias e dos capitais de remissão de acidentes de serviço, isto é uma questão puramente legal temos que fazê-lo relativamente a estas pessoas, e ao reforço da dotação da ação do museu municipal - serviço educativo para pagamento de visitas guiadas de escolas do concelho a espaços museológicos, nalguns casos tínhamos aqui contas por acertar com várias entidades desde dois mil e onze.

Esta revisão tem por objetivo a introdução destes ajustamentos, baixa o orçamento como é óbvio, porque não precisamos do empréstimo nem vamos utilizá-lo, para quarenta e dois milhões de euros que representa um decréscimo de quatro vírgula cinquenta e quatro por cento. Quanto ou mais, estou disponível para responder às questões que entendam colocar sobre esta matéria. Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre este ponto, quem deseja intervir? Partido Socialista tem a palavra por favor".

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigada Sra. Presidente, muito rapidamente até porque a hora vai adiantada e quando chegamos sempre a estes pontos, já estamos todos um bocado cansados, mas há aqui duas ou três coisas que pensamos ser importantes.

O meu camarada de bancada José Carlos, já falou de alguns pontos importantes do IMI, o Sr. Presidente não gosta muito destas questões mas, desculpe lá, estas coisas vão ter que ser faladas até ao fim do ano, até porque o tempo tem-nos vindo a dar razão nestas questões, não olhe que não, olhe que não, olhe que não."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Olhe que sim, de outra forma estaríamos hoje, como outras autarquias, a recorrer ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) e a ter que utilizar as taxas máximas, tenho aqui a lista delas se quiser."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Vamos objetivamente às questões, mas são perspetivas, eu acho que nunca vamos chegar a acordo neste aspeto apesar dos números nos darem a razão, mas pronto.

Nós falamos quando foi e registo, também, que para o ano quando formos governo eu espero podermos estar em condições de ajudar melhor as autarquias e a ver o novo Poder Local mais forte."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Isso, vão ter que fazer um programa de governo connosco."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Prometo que estou a ir ao encontro do desejo do Sr. Presidente, ao encontro do seu desejo, bom até que eu acho que a gente não deve contrariar nestes desejos positivos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não eu este fim-de-semana não vou votar, eu vou ficar aqui na Feira Medieval os senhores é que vão, eu fico na Feira Medieval os senhores é que vão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Também vou à Feira Medieval. Dizer rapidamente, depois deste momento de boa disposição, que é assim estamos completamente de acordo e finalmente com este projeto de Iluminação Cenográfica do Castelo de Palmela, acho que valoriza o Castelo, a cultura e valorizamos todo o território e portanto achamos, aliás foi uma coisa que batemos aqui iluminação não íamos tão longe, mas já que é possível ir mais longe, que se vá mais longe e que se faça uma coisa ainda melhor e que valoriza ainda mais o património e portanto estamos de acordo.

Estamos também preocupados, preocupados entre aspas, estamos também relevando a situação do crescimento do IMI, do IMT, da Derrama e portanto tudo isto tem ido mais ou menos ao encontro daquilo que nós dissemos no início, vamos na segunda revisão e já tivemos também sete alterações, portanto ao todo já tivemos nove, é uma vitalidade que nós dizíamos no princípio, exatamente porque nós dizíamos que o orçamento estava feito para isto.

O orçamento estava feito, estava sob orçamentado para exatamente acontecer isto ao longo do ano e portanto o Sr. Presidente vai chegar ao fim e vai ter aqui uma festa que é conseguiu concretizar grande parte se não a totalidade dos seus objetivos. Ficamos contentes, mas isso foi algo que nós dissemos e que o orçamento real vai chegar muito próximo dos quarenta e quatro milhões vai e nós vamos depois falar nisso, assim como o IMI vai chegar muito próximo dos dez milhões e tal e depois vamos cá estar para confirmar todos estes valores.

Portanto, não é o nosso orçamento, também não foi o nosso orçamento de princípio, temos dúvidas que, sentimos que há aqui uma estratégia que é sua, e tem todo o direito de ser, e que neste momento está a ir

ao encontro daquilo que nós dizíamos quando discutimos o orçamento e portanto estamos cá no fim do ano, ou para a próxima revisão, para irmos controlando estas situações como nos cabe a nós enquanto oposição."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, mais alguma questão por favor? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A coligação PSD/CDS vai, através de requerimento, requerer mais informações sobre esta questão da Iluminação Cenográfica do Castelo de Palmela porque pretendemos alguns esclarecimentos em termos do impacto ambiental independentemente de ser uma candidatura positiva.

Relativamente à questão dos juros de mora da Simarsul, eu ia questionar isso. O Sr. Presidente já reafirmou que era da Simarsul e que foi um erro de cálculo inicial, portanto assumiu aqui o erro, não pediu desculpa, mas também não precisa de pedir Sr. Presidente, isto erros todos cometemos.

Os acidentes e doenças profissionais, efetivamente, estes casos são difíceis de prever no entanto em relação ao IMT e ao IMI também sempre dissemos que a verba seria superior ao orçamentado e mesmo antes das alterações e, portanto, também sempre defendemos uma descida gradual mas mais positiva para aos cidadãos e brevemente traremos aqui propostas nesse sentido, propostas vá lá, recomendações como diria a Sra. Presidente da Assembleia, pois na altura própria logo discutiremos se é moção se é recomendação e é só para já.

O nosso voto será no sentido da abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, tem a palavra agora o Bloco de Esquerda por favor, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente. Eu queria só pedir um esclarecimento em relação ao transporte escolar. Aqui nas funções sociais se no caso, como se está a verificar, se está a conseguir cumprir os objetivos com este orçamento e a assistir a um equilíbrio das contas, eu fazia já aqui uma recomendação para o alargamento do transporte escolar às crianças do ensino pré-escolar, naqueles casos de famílias carenciadas.

Sr. Presidente eu assisto a um caso, eu sei que a Sra. Presidente da Mesa vai dizer que eu já estou a particularizar, mas isto a acontecer deve acontecer a mais famílias ou a mais crianças, crianças que se deslocam-se a pé desde a sua residência, alguns quilómetros de distância do pré-escola de Lagameças, seja em que condições de clima adverso, chuva ou frio, calor e ainda para mais não existem, não estão cuidadas, as bermas daquele percurso da estrada municipal quinhentos e trinta e três salvo erro, entre o cruzamento a Rua dos Marçalos e a pré-escola.

Peço-lhe que, em termos de, no sentido de recomendação perante esta revisão das Grandes Opções do Plano se é possível alargar o transporte escolar a estas crianças das famílias carenciadas do pré-escolar. Muito obrigado Sra. Presidente disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, há mais alguma questão sobre este ponto? Então vou dar a palavra ao Sr. Presidente para concluir por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, apenas duas notas. Sobre a questão dos impostos teremos de facto oportunidade para vir a falar na altura própria. Há de facto um comportamento da receita que nos parece positivo, está a confirmar as nossas melhores expectativas e se ultrapassar melhor. A vida é mesmo assim e, portanto, faremos as afinações quando virmos concretizado isso e falaremos na altura certa sobre a descida gradual. Congratulo-me com a sua expressão porque tive a oportunidade durante a campanha eleitoral, antes de ser Presidente, enquanto candidato, de ao contrário de outras forças políticas que não quiseram dizer qual era o valor, mas dizer que a visão era precisamente essa, era preciso apurar o equilíbrio dos vários impostos indiretos para encetarmos uma descida gradual, encetámo-la de uma forma muito ténue e incipiente para este ano, tenho consciência disso. Confirmando-se alguns valores estaremos cá na altura certa para ver quais são as propostas bem fundamentadas de redução do IMI entre outras.

Quanto ao impacto ambiental da intervenção da Iluminação Cenográfica do Castelo, dizer-lhe que não é apenas um projeto artístico é um projeto de eficiência energética, como deve calcular, e portanto até lhe posso afiançar caso não tenhamos sucesso nesta candidatura, por algum motivo, porque isto tem overbooking se calhar aquelas que já estão concluídas, quais é que vão ficar com o dinheiro todo é um bocadinho assim, nós candidataremos esta obra a outro eixo do quadro estratégico comunitário na área da eficiência energética, porque é isso que pretendemos é ter uma iluminação digna que faz de facto deste monumento, um momento visto em toda a região mas que gaste menos energia do que aquela que é gasta com aqueles projetores tipo panelas de pressão que ainda resistem ao vandalismo naquela zona.

Por último, sobre esta questão suscitada Sr. Carlos Oliveira do Bloco de Esquerda, o transporte escolar não é de lei obrigatório para o pré-escolar. Dizer-lhe que o município de Palmela a nível nacional, já temos essa estatística, é de facto o município que mais gasta em transportes escolares no país por uma razão simples. Entre transportes próprios, transportes pagos aos TST e a outras empresas, bom enfim há várias empresas e com os respetivos vigilantes o orçamento anda à volta de um milhão e trezentos mil euros e por uma razão simples que eu já tive oportunidade de explicar a esta Assembleia, não é só por causa da dispersão do nosso território, é porque nós fazemos mais do que a lei obriga. Como sabe a lei prevê que transportemos obrigatoriamente as crianças que residam a mais de quatro quilómetros e nós estamos a transportar a dois, somos o único município do país que faz isso. Dantes dizíamos que era só da área metropolitana, neste momento temos essa confirmação. Quanto à questão em concreto naquele local e dessas crianças eu penso que isso tem que ter uma abordagem social e que no âmbito da comissão social de freguesia, dessa freguesia, poderemos analisar, porque há instituições que prestam apoio. Naturalmente quem pode paga um valor, quem não pode não paga, pagam mais aqueles que podem para aqueles que não podem e portanto isso tem de ser analisado na rede local porque é uma questão mais fina e que pode haver condições para eventualmente apoiar essas crianças. Mas chamo aqui a atenção que as crianças do pré-escolar não podem andar sozinhas na estrada, as crianças do pré-escolar as crianças de três, quatro anos têm de ser acompanhadas pelos pais, pelos avós ou por alguém e por isso lhe digo que casos dessa natureza merecem uma análise e uma abordagem local e de natureza social."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Só dizer-lhe que as crianças não vão sozinhas para a escola Sr. Presidente. A berma não está em condições de ser transitada a pé e as crianças e o adulto, ou os adultos, que as acompanham têm que se deslocar na via, portanto no alcatrão por onde passa os veículos, acho que era uma questão a ver. Obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza. Nós nas estradas municipais, dentro das zonas de aglomerado urbano, tentamos calcetar as bermas, seja em valetas espraiada ou em calçada grossa, aquelas que estão consolidadas e que são urbanizadas têm passeio. Nós temos cerca de duzentos quilómetros de estradas municipais asfaltadas e uma estrada municipal não é uma rua urbana e portanto há muitas situações dessas que tentamos corrigir sobretudo nas proximidades dos estabelecimentos de ensino, mas creia que o orçamento municipal não dá para urbanizar um concelho com quatrocentos e setenta quilómetros quadrados e cerca de oitocentos quilómetros de estradas. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos votar esta proposta por favor, proposta número dois, Sras. e Srs. Membros da Assembleia"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (dezoito da CDU e dois do BE) e dez abstenções (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – Alteração dos estatutos da AMRS e transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se da alteração dos estatutos da AMRS e também da transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal para a AMRS, sucintamente vou resumir a proposta.

Há uma obrigação legal de fazer extinguir as Assembleias Distritais e de integrá-las em estruturas de natureza como esta, intermunicipal. A Assembleia Distrital, no caso em concreto, tem sobretudo a universalidade e no essencial resume-se no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e, portanto, com esta proposta, a Associação dos Municípios da Região de Setúbal está à espera também que os restantes municípios se pronunciem, está disponível para acolher e, por isso, também precisa de uma alteração de estatutos que aqui também é referida.

O que se pretende é trazer à Assembleia, que é órgão deliberativo por excelência, esta decisão que, já agora refiro, foi acolhida por todos os municípios do distrito, apenas cinco se abstiveram portanto todos os restantes municípios, integrem ou não a AMRS, votaram favoravelmente. Não parece haver outra solução. Queria aqui aduzir um aspeto que não foi vertido na proposta, ou melhor dois, primeiro sobre a Assembleia Distrital, à extensa documentação, e tão pesada, são milhares de páginas que o próprio ficheiro teve que vir em CD porque não conseguíamos de maneira nenhuma replicar e reenviar para, na altura, os Vereadores, não sei se chegou à Assembleia, mas vale a pena determo-nos um bocadinho sobre o trabalho do museu. Segundo, mas não é isso que aqui está em causa, estamos aqui a avaliar o trabalho do Museu, segundo aspeto mais importante é que esta alteração estatutária mexe naturalmente no valor, na percentagem da comparticipação que o município terá de pagar à AMRS para acolher a Assembleia Distrital, mas que da soma daquilo que hoje pagamos isoladamente à Assembleia Distrital de acordo com o que está regulamentado e definido por lei e de acordo com aquilo que pagamos conforme os estatutos da AMRS, com esta integração, o município pagará menos cinco mil euros daquilo que pagava até agora. Disse Sra. Presidente.

Isto foi a forma mais simples, porque a documentação é muita coisa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta? Tem a palavra por favor."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Os meus cumprimentos à Mesa, na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo Sr. Presidente e Vereadores, caros colegas de bancada e excelentíssimos Srs. Membros da Assembleia, público aqui presente, jornalistas.

Relativamente a esta questão, esta proposta, claro que o Sr. Presidente já referiu que resulta de uma publicação legal é um imperativo legal, não é essa a questão, portanto realmente resulta de um novo regime jurídico das Assembleias Distritais que na prática é como quase uma extinção das mesmas, não é?, em que há uma fusão e há uma transferência da universalidade de todos os bens, serviços e inclusive recursos humanos, portanto falou aqui na questão do Museu Etnográfico e Arqueológico e Arqueologia do Distrito de Setúbal.

Apenas dizer que a transição desta entidade para a Associação de Municípios da Região de Setúbal, foi uma opção, portanto poderia ter sido nos termos da lei uma entidade intermunicipal ou município, não é isso que está aqui em causa, no entanto queríamos desde já manifestar as nossas reservas, relativamente, as quais radicam no funcionamento ao longo dos anos da AMRS e têm sido expressas em diversos momentos pela bancada do Partido Socialista designadamente, a título exemplificativo, houve aqui uma reunião recentemente, dia dezasseis de maio de dois mil e treze, em que se manifestou a discordância e até alguma estranheza face ao valor anual da comparticipação relativamente às demais associações de que é membro designadamente a Associação de Municípios de Lisboa e a ANMP. Nessa altura foi-nos referido que a participação do Município de Palmela era de nove virgula trinta e dois por cento, não é? Ia fazer uma pergunta, se isto teria alterações o Sr. Presidente disse que não, portanto havia uma redução relativamente era essa a questão que trazia aqui para a Mesa.

Relativamente à alteração de estatutos que refere, a comparticipação é de um vírgula cinquenta e sete por cento relativamente ao montante somado das participações no fundo de equilíbrio financeiro, fundo social municipal e IRS, como é que se traduz esta alteração? Disse-me que há aqui uma redução de despesa nesse aspeto ficamos aqui com essas dúvidas de como é que se faz o cálculo mas, no entanto, acredito na palavra do Sr. Presidente e depois estaremos aqui para ver essa situação.

A dúvida que se coloca aqui também é, e o Partido Socialista já tem levantado estas questões e tem rebatido esta situação, que o valor da comparticipação é excessivo, é desproporcional face aos serviços prestados. Há vários projetos, não estamos aqui a pôr em causa a entidade em si. A Associação é de extrema relevância não é isso que está em causa, nós conhecemos os projetos, sabemos o papel e o trabalho, poderia ser repensado de outra forma e pensamos que é desproporcional. Neste sentido o Partido Socialista irá abster-se e queremos só fazer uma declaração de voto nesse sentido e que passo a ler:

Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista votaram vencidos abstendo-se na medida em que apesar de se tratar de uma alteração ao estatuto decorrente da alteração do regime jurídico da Assembleias Distritais, lei nº 36/2014 de vinte e seis de junho, manifestam reservas que radicam no funcionamento ao longo dos anos e da necessidade de adaptação na gestão do património atividades e pessoal da AMRS e que têm sido expressos em muitos momentos. Em coerência com as nossas posições políticas sobre o papel desempenhado pela AMRS, que sempre questionamos e sempre nos mereceram mais que reservas a certeza de que tem sido mais um papel político que suporta a gestão autárquica das câmaras CDU do que o efetivo papel de afirmação do poder autárquico do distrito e na concretização de ações que valorizem e potencializem os nossos recursos, assim aguarda-se pelos resultados, impactos desta transição e o que neste momento não justifica um voto contra e taremos cá para avaliar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem então, passamos agora a palavra ao PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente, ora vamos lá Sr. Presidente Valentim, depois rimo-nos lá fora sobre essas questões.

Efetivamente não iremos agora apresentar uma declaração de voto, mas o nosso sentido de voto vai ser o da abstenção.

A contribuição anual é referida na alteração dos estatutos, não é? E portanto um cinquenta e sete, anual fixa e depois associados ao distrito de Setúbal é correspondente a zero vírgula trinta e três do montante somado da respetiva participação no fundo equilíbrio financeiro no fundo social municipal e no Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares. Podíamos ter feito aqui uma amostragem, mas atendendo a que não temos dados ainda concretos, no final faremos os prognósticos do jogo como diz o outro e então não vamos votar favoravelmente. Temos a sensação de que por vezes e isso vem, sabendo que podemos ir à pagina da AMRS e tudo mais e tudo mais, pensamos que a autarquia pode melhorar na comunicação da informação com os cidadãos referentes a este organismos e à própria Assembleia Municipal.

Portanto, quando temos representação convém, de vez em quando, dizermos o que é que andamos a fazer por lá, mais concreto e palpável e mais relevante. É claro que todos podemos ir lá ver as atas também, mas uma vez que há membros aqui que representam, penso que é uma sugestão que temos a fazer. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão? Então Sr. Presidente para resposta às questões."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Peço desculpa Sra. Presidente, eu esqueci-me só de referir o facto de que relativamente ao CD agradecemos mas só hoje tivemos acesso e portanto não pudemos sequer fazer a análise do mesmo, remeteremos para futuro. Obrigada."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

(Em virtude da má qualidade do áudio não é possível transcrever na íntegra a presente intervenção)

"Obrigado, mas começaria por esta última questão Sra. Presidente. É que não está aqui em análise a atividade do Museu, isso é apenas para ilustrar para quem não conhece. Aquilo que aqui está em análise é o cumprimento de uma lei, por acaso feita pelo governo da coligação de V.Exa., (dirigindo-se à Sra. Maria Rosa Pinto) ao invés daquilo que está na constituição, que é: as assembleias distritais desapareceriam quando houvesse regionalização e não é isso que está a acontecer e não vou aqui avaliar o funcionamento de algumas assembleias distritais que não existem pura e simplesmente nalguns sítios. (…) e há uma comparticipação que dantes era um vírgula cinco desses impostos que referiu para a AMRS e que este aumento estatutário para um vírgula cinquenta e sete, tem em vista um determinado equilíbrio, mas que reduz a soma da atual comparticipação, de um ponto cinco para a AMRS e dos zero trinta e três da ADS, juntos neste momento é superior àquilo que vamos pagar no futuro. Para já, já conseguimos uma redução da comparticipação e do peso que isto possa ter para o município.

Quanto ao resto, temos agora depois de integrar, isto é, temos muito trabalho a fazer na AMRS também para dar uma outra visibilidade ao trabalho do Museu que é notável faz um trabalho único, mais ninguém faz a nível do desenho da arqueologia. Se nós conhecemos alguma coisa desenhada em arqueologia devemo-lo ao Museu Distrital de Setúbal, nós e toda a região, e portanto, pensamos para já, quando diz que é uma opção, não é uma opção foi uma opção um bocadinho à força, mas tudo bem, a vida é assim, vamos acolher o Museu e toda a universalidade da Assembleia Distrital conseguimos já uma poupança. O nosso objetivo não é cegamente reduzir e ter mais poupanças, mas é naturalmente dar outra visibilidade ao trabalho do Museu no âmbito desta nova gestão, e desafio que é a AMRS que vai ter.

Sobre a AMRS poderemos voltar a falar noutra altura, mas também penso que há aqui um bocadinho de preconceito da parte de algumas forças políticas e até um bocadinho em paradoxo com aquilo que fazem quando são poder noutras autarquias em que votam tudo da AMRS e pagam a mesma percentagem que nós pagamos. Era só isto que queria dizer Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, vamos votar esta proposta número três?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (dezoito da CDU e dois do BE) e dez abstenções (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Adesão do Município de Palmela à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Permitia-me, também, não ler a proposta, adesão do município de Palmela à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local, não é que a proposta não merecesse muita análise e reflexão, não é isso que está em causa, mas penso que está aqui tudo muito bem explicado.

A Carta Europeia é um documento estratégico, de orientação até doutrinária nesta matéria em que é difícil algum de nós não se rever. Isto na prática constitui mais um compromisso para que o município desenvolva os trabalhos que já encetou do Plano Municipal de Igualdade, do plano também da linguagem inclusiva e se os Srs. Membros da Assembleia quiserem espreitar o que é que já fizemos nessa matéria, está no relatório de informação à Assembleia, penso que na página catorze. Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Alguma questão Sras. e Srs. Membros da Assembleia por favor, Partido Socialista."

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Boa noite Sras. e Srs. cumprimentava os demais presentes na pessoa da Sra. Presidente. Relativamente à proposta para adesão do município de Palmela à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local, gostaríamos de felicitar a autarquia pelo seu reconhecimento ao direito à igualdade como um pressuposto andamento e democrático assumindo a Câmara Municipal a missão de defender esse direito e obrigação de implementação do mesmo.

Esta é uma matéria sobre o qual o PS tem à muito alertado o executivo PCP para a inexistência e importância da criação de um Plano Municipal para a Igualdade. No entanto o executivo optou pelo percurso mais ambicioso, mais mediático, em vez de começar por fazer um plano para a igualdade ou até mesmo a nomeação de um conselheiro para a igualdade, a autarquia optou pela assinatura da Carta Ruropeia.

Trata-se de um compromisso a concretizar em dois anos, onde a autarquia terá de elaborar entre outros o plano de ação para a igualdade. Terá que adotar as cotas entre homens e mulheres, terá que adotar medidas para conciliar a vida privada com a vida profissional, terá que assumir compromissos nas áreas educação e informação, terá que assumir compromissos na área da saúde, na inclusão, promovendo a integração de homens e mulheres, emigrados por exemplo, terá que promover o acesso à habitação, terá que promover a proteção e segurança, terá que promover o desenvolvimento económico, violência sexual e tráfico de seres humanos, a titulo de exemplo. Trata-se de um compromisso afirmado em áreas e temáticas bastante complexos e abrangentes que em nossa opinião será muito difícil de concretizar em dois anos.

Isto, pronto, quando é notícia quando a carta é assinada, depois infelizmente não há mecanismos de avaliação eficientes na nossa opinião para ver efetivamente quando as coisas não são cumpridas o que é que acontece.

No entanto vamos votar a favor, salientando que afinal a União Europeia tem coisas muito boas para além das melhores na Europa. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Por favor, tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Realmente também nos congratulamos com esta adesão por parte da Câmara à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local, bem sabendo, e defendendo, que fazendo parte da vida autárquica há muitos e longos anos, no meu caso pessoal, nunca me senti desfavorecida, o que não quer dizer que muitas vezes não tenha que lutar com algumas cabeças ainda um bocadinho entorpecidas, mas penso que esta carta tem alguns princípios basilares e fundamentais, é muito exigente e com objetivos que só serão atingidos, no meu entendimento, quase médio e longo prazo e não num curto prazo, mas se formos caminhando aos poucos. Em todo o caso como tenho uma atividade que foi sempre mais de homens e atualmente até tem mais mulheres, portanto vamos caminhando aos poucos e também sou defensora da competência, não só da diferenciação pelo sexo e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, vamos votar então."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente gostava só de fazer um pequeno comentário se não se importa.

Naturalmente a adesão a esta carta é um enorme compromisso, quanto às metas serem mensuráveis, ou não, eu daquilo que conheço dos municípios e das regiões que já aderiram conheço planos para implementação durante muitos anos, porque de facto as mentalidades demoram muitos anos a mudar e este não é um compromisso só para a autarquia, os senhores estão a entender isto mal, isto é um compromisso para toda a comunidade. O município aqui é a comunidade, é o concelho, e eu espero que a sociedade civil que faz parte do concelho nos acompanhe e vamos ter todos que trabalhar em conjunto. Até espero que algumas entidades empregadoras quando entrevistarem trabalhadoras não lhes perguntem se querem ou não ter filhos e depois que isso sirva para atribuir o emprego a outra.

Na Câmara Municipal esta questão da igualdade de género, e tivemos a oportunidade de apresentar isso até no Dia da Mulher este ano ou há dois anos, por acaso eu penso que o género feminino está muito bem representado e tem um papel preponderante no desenvolvimento e na execução das políticas municipais e portanto estão no poder como eu costumo dizer. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO CINCO – Designação de Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos ao ponto cinco e último ponto que é Designação de Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia do Concelho, exige votação secreta, temos uma questão por favor."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Nós queríamos dar a nossa indicação de voto que é a liberdade de voto à bancada relativamente a esta matéria. Todavia queríamos lamentar da parte do município a não aplicação da democracia participativa nestas matérias relativamente a eleições e a nomeações.

Entendemos que a democracia participativa deve ser abrangente, também a estas ações e não é por pretendermos ou não ocupar cargos não é isso que está em questão, nem temos nada contra a pessoa que vai ser eleita, ou candidata, a nossa única pretensão é só que realmente seja aplicado em termos de democracia uma abrangência a todas as bancadas que fazem parte desta Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não tínhamos acabado de apresentar a proposta é que o representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia do Concelho, seja o Membro Joaquim Pato Caçoete. O próprio não vota, é votação secreta, vamos começar a votar?"

Efetuada a votação uninominal, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, na presença da Sra. Presidente da Mesa e do Primeiro e Segundo Secretário, apurou-se o seguinte resultado:

Eleição de Representante para integrar a Comissão de Toponímia do Concelho de Palmela

Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete	19 (dezanove) votos a favor 6 (seis) votos contra 3 (três) votos em branco 1 (um) voto nulo

Na sequência da votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, seis votos contra, três votos em branco e um voto nulo. Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e vinte e três minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e seis de setembro de dois mil e catorze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete